

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE PSICOLOGIA
INSTITUCIONAL**

LIVIA PIGNATON CASER

**SILENCIOS EM LIBERDADE ASSISTIDA: ENTRE
GOVERNAMENTALIDADES E ESTRATÉGIAS DE VIDA**

**Vitória
2014**

LIVIA PIGNATON CASER

ENTRE GOVERNAMENTALIDADES E ESTRATÉGIAS DE VIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Figueiredo Louzada

**Vitória
2014**

ENTRE GOVERNAMENTALIDADES E ESTRATÉGIAS DE VIDA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Psicologia Institucional.

Aprovada em __11 de abril de 2014__.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Figueiredo Louzada
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Ana Lucia Coelho
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Estela
Universidade Federal do Estado de Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS:

São tantos e especiais...

A meus pais, Roberto e Dolores, que incondicionalmente estão sempre ao meu lado, acolhendo, cuidando, se preocupando.

Obrigada aos meus familiares que estiveram torcendo pelo meu sucesso, mesmo longe, mandando as ótimas intenções e orações.

Este mestrado foi muito especial pra mim. Não só porque me deu a oportunidade de voltar à UFES, como também fez parte de um recomeço de vida. Um percurso do qual várias pessoas fizeram parte e me apoiaram:

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) e à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho, pelo apoio e investimento.

À todos que fazem parte do Programa de Pós Graduação de Psicologia Institucional da UFES, foi um grande prazer poder reencontrar alguns professores, retomar contatos, afetos, e conhecer outros novos.

Dentre esses destaco Ana Paula, mais que orientadora, uma grande parceria na vida, amiga, apoiadora paciente, uma pessoa que apostou nos momentos em que eu me desacreditava, que buscou compreender e ouvir sempre que foi preciso.

À minha colega Myriam Santiago, pela ótima parceria em sala de aula, na vida e na pesquisa.

A Patrick, pela solidariedade de ler e ajudar.

A Priscila e Izabel, que chegaram um ano depois, mas mostraram a que vieram!

Às mais que secretárias e queridas, Soninha e Silvia, por estarem junto e resolverem os pepinos, puxarem orelha, lembrarem os prazos, organizarem festa, baterem papo...

Às coordenadoras, Luciana, Cristina, presenças e trocas de sala de aula, de corredor e de congressos, muito enriquecedoras. Obrigada!

À Leila, por me deixar ser membra flutuante do Lis, por possibilitar encontros “em bando” de trocas variadas, admiro muito!

Aos colegas Mário Candido, Theo e Paula Maria pela parceria, amizade e apoio durante os momentos angustiantes desse trabalho.

À João, Anselmo, Victor pelas conversas enriquecedoras e andanças pela cidade, sem as quais o trabalho não seria o mesmo.

À minha turma! Pelo grande carinho e companheirismo, que não acontece em qualquer lugar: Bia, Rafa, Ana, Ellen, Fernando, Ricardo, Ivana, Natália, Nice, Talita, Thiago (honorário). Muitos encontros bonitos e inesquecíveis.

À quem não é da turma e fez parte do percurso.

Às minhas voluntárias de entrevista e grupo (que por razões de ética não citarei nomes), que foram de profunda ajuda no levantamento dos dados e muito generosas com o tempo cedido. Pela coragem de dizer certas coisas e pela sinceridade, obrigada!

Aos amigos, Gilmara, Nathalia, Rosilene, Dani, Monique, Ivana e André, com quem aprendi que a vida merece sorrisos, piadas, companheirismo e parcerias.

À equipe toda do Creas, pessoas maravilhosas, guerreiras e persistentes.

À Gilmara, coordenadoras que me acolheram no espaço.

À Lorena e Tércio, que estiveram no apoio no dia-a-dia, sempre dispostos a ouvir, ajudar e incentivar!

A Juliana Figueiredo e Carlinha por me incentivarem a tentar o mestrado

Aos Amigos queridos: Fernando, Bia, Fabi Malheiros e Vivian que ajudaram no processo com conversas e cuidados. Obrigada.

À Simone, minha psicanalista, e Rafael, parceiro de trabalho e professor de ioga, sem os quais minha sanidade não seria a mesma.

RESUMO

Esta pesquisa teve a intenção de traçar e problematizar os atravessamentos percebidos nos encontros com o Creas (Centro de Referência Especializada da Assistência Social), e com Liberdade Assistida. Através dos diálogos realizados, tanto por meio de entrevistas individuais ou em grupo, a intenção foi de localizar, intensificar entrelaçamentos, linhas presentes nas diferentes facetas e momentos que esse campo apresenta. Partindo dessa intenção, o desafio que se colocou foi traçar mapas, de forma a dar corpo a ressonâncias com diferentes tempos e territórios. Constatou-se, com o auxílio de alguns autores, como Foucault e Costa, a presença de emaranhados de questões que se entrelaçam com várias outras áreas e esferas de atuação, ou seja, áreas que não são não específicas desse campo, mas que envolvem outros profissionais, programas e propostas de serviços Estatais. Tudo isso se encontrou nas falas dos técnicos sobre as ações diárias, priorizando encontros com adolescentes em cumprimento de liberdade assistida e suas famílias, permitiram deslocamentos de pontos de vistas cristalizados e problematizações de práticas e discursos que ali estão colocados. Para se construir um olhar crítico sobre esse campo, também foi feito um breve levantamento histórico sobre como alguns conceitos, como os de “delinquência” e família, são utilizados nas estratégias de intervenção governamental da população. Tudo isso também permitiu percepção de diferentes tipos de relações que atuam na produção das formas de se viver Liberdade Assistida, sob discursos, práticas de vigilância.

Palavras chave: Liberdade Assistida; família; adolescência

ABSTRACT

This research aimed to trace and question the crossings perceived during meetings with Creas' (Social Assistance Specialized Reference Center) and with probation. Through dialogues, interviews and group talking, the intention was to locate, intensify crossings, lines on this field's different facets and moments. The challenge was to "trace maps" with the intention of condense resonances with different times and territories. With some authors help, as Foucault and Costa, was founded the presence of a tangle of questions that interweaves with many other areas and spheres of activity that involves professionals, programs and State's services purposes. On technician's lines about daily actions, about encounters with families and adolescents in probation, on which crystalized points of view's displacements were possible, in order to question practices and discourses, building a critical sight over this field. In addition, a brief historical study about how some concepts as family and "delinquency" population governmental intervention strategies. In addition, all of this enabled realize other ways of living probation, under practices and discourses of vigilance.

Keywords: Liberdade Assistida, Family, adolescência.

RESUMEN

Esta investigación tuvo la intención de trazar e problematizar los atravesamientos percibidos en los encuentros con el CREAS (Centro de Referencia Especializada de la Asistencia Social), y con Libertad Asistida. A través de los diálogos realizados, tanto por medio de entrevistas individuales como grupales, la intención fue localizar e intensificar entrelazamientos entre las líneas presentes en las diferentes facetas y momentos que ese campo presenta. Partiendo de esa intención, el desafío que se colocó fue trazar mapas para dar cuerpo a resonancias con diferentes tiempos y territorios. Se constató, con el soporte de algunos autores, como Foucault y Costa, la presencia de enmarañados de cuestiones que se entrelazan con diversas áreas y esferas de actuación; o sea, áreas que no son específicas de ese campo, pero que envuelven otros profesionales, programas y propuestas de servicios estatales. Todo esto, se encontró en lo expresado por los técnicos sobre las acciones diarias, priorizando encuentros con adolescentes en cumplimiento de libertad asistida y sus familias, aliadas con referencias de los conceptos como biopolítica, que permitieron desplazamientos de puntos de vista cristalizados y problematizaciones de prácticas y discursos que allí están colocados. Para constituir una mirada crítica sobre ese campo, también fue realizado un breve levantamiento histórico sobre cómo algunos conceptos, como los de “delincuencia” y familia son utilizados en las estrategias de intervención gubernamental de la población. Todo eso también permitió la percepción de otros tipos de relaciones que actúan en la producción de formas de vivir en Libertad Asistida bajo discursos, de prácticas vigilancia.

Palabras clave: Libertad Asistida, familia, adolescencia.

SUMÁRIO

1. Introdução: do que se trata?	10
2. Um pesquisador povoado	13
2.1. Corpos e misturas: por uma metodologia ativa	16
3. Sobre Políticas Estatais	23
3.1. Estado e governamentalidade	24
3.2. Infância e Adolescência no Brasil.	34
4. O que se faz com os meninos soltos?	37
4.1. Das Ordenações Filipinas ao Código de Menores	37
4.2. Do SAM à Democratização	48
5. O que dizem os silêncios em Liberdade Assistida?	53
5.1. Como sobreviver em emaranhados da Liberdade Assistida?	63
Conclusão (que pode ser um início)	67
Bibliografia:	69

1. Introdução: do que se trata?

Uma pesquisa pode ter muitos caminhos. No processo que se estabelece entre a proposta inicial e as conclusões, muitas mudanças e torções acontecem. Delimitar esse percurso não foi fácil. Foram necessárias decisões, priorizando pistas que brotaram e ramificaram. Outras precisaram ser abandonadas e excluídas, em exercício constante de avaliações, reavaliações e correções.

No início desta caminhada, os primeiros passos partiram de uma percepção, ou melhor, um incômodo observado durante o exercício profissional. Observou-se que pouco se produzia e se discutia sobre medidas socioeducativas, principalmente nos espaços acadêmicos.

Medidas socioeducativas, são medidas previstas na Legislação da infância e adolescência, voltadas para adolescentes que cometeram ato infracional, ou seja, alguma violação à lei. Após veredicto, podem ser cumpridas em meio aberto, semiaberto e fechado (nesse caso, internação em unidades de atendimento socioeducativo), além de prestação de serviços à comunidade e multas.

Dentre essas medidas, optou-se pela Liberdade Assistida (LA) - a qual, segundo as legislações atuais de infância e adolescência, é cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, adolescentes cumprem em liberdade, porém com restrições pré-estabelecidas.

No município de Vitória, é cumprida nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas), da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Consiste, principalmente, em acompanhamento psicossocial, encaminhamentos deste, oficinas e atendimentos em grupo.

No início destes atendimentos, é confeccionado um Plano de Atendimento Individual (PIA), documento elaborado por equipes e famílias, estabelecendo metas com encaminhamentos necessários (que buscam atender necessidades

escolares, de saúde, benefícios, empregatícias, etc.) e atividades semanais obrigatórias, que devem ser realizadas no período de cumprimento determinado - que é de mínimo de 6 meses e máximo de 2 anos.

Como é um tema novo e recente, apesar dos focos de pesquisa e discussão no Brasil sobre medidas socioeducativas estarem crescendo gradualmente, existem muitas questões que as englobam e que reverberam, não somente a esfera governamental de atuação dos Creas, mas por toda a sociedade.

Perante essa larga encruzilhada de temas passíveis de exploração, foram necessárias delimitações e estratégias para encontrar esse campo. Portanto, optou-se por transitar especificamente por algumas falas coletadas daqueles que trabalham com medidas socioeducativas de Liberdade Assistida, num desafio de buscar traçar uma cartografia (ROLNIK, 2006).

A intenção dessa caminhada foi perceber, discursos, suas intensidades, problemas e estratégias, em participação com os trabalhos e encontros dos profissionais do Creas, adolescentes, famílias em Liberdade Assistida. Importante ressaltar que, apesar das colaborações dos profissionais do Creas, suas falas destacadas e a montagem desse texto em forma de “bricolagem”, aliando-as com a fala dos autores, é de responsabilidade de quem pesquisa.

Inicialmente, optou-se explicitar como foi se configurou uma proposta de pesquisa inventiva, de que referencial se partiu inicialmente, e o que foi se formando e desviando ao longo do percurso de campo e escrita.

Depois, foi implementado o desafio de situar o Creas dentre estratégias de governamentalidade, a partir do ponto de vista de Foucault (2008b). Numa tentativa de se articular a liberdade assistida e assistência social sob a lógica neoliberal de mercado.

Na terceira parte, através de um breve levantamento histórico das legislações voltadas a infância e adolescência no Brasil, aliados aos pontos de vista de Costa (2004) buscou-se adentrar-se na discussão de como o Estado se utiliza dos conceitos de “delinquência” e família como estratégias de governo populacional, numa tentativa se aproximar do que é realizado pela assistência social atualmente.

A quarta procura, já se produzindo a partir das falas do campo, problematizar práticas governamentais e estratégias de aprisionamento que atuam de acordo com as conveniências e interesses mercadológicos, provocando dilemas éticos constantes em Liberdade Assistida e dispositivos estatais.

A quinta, e última parte, parte busca enfatizar pelas falas de quem experiencia a dia-a-dia dos atendimentos de Liberdade Assistida no Creas, como silêncios trazidos pelos adolescentes e famílias possibilitam problematizações desse campo, suas relações, suas metodologias e seus desafios, na promoção de cidadania.

A partir das discussões levantadas durante todo o texto, buscou-se vislumbrar questionamentos e proposições com a intenção visualização, valorização e construção de propostas éticas em Liberdade Assistida.

2. Um pesquisar povoado

Esta pesquisa começou muito antes de seu processo de escrita. Surgiu a partir de um percurso de experimentação cotidiana de trabalho com o Creas, principalmente com Liberdade Assistida.

Começou a brotar em um corpo que se sustentava em treinamentos e discursos herméticos de profissional da psicologia, na assistência social. Corpo que, apesar de carregar percursos heterogêneos de atuação nas políticas de infância e adolescência, percebeu-se em meio a formas de pensar, agir, se posicionar.

Eis que, na ruptura, não apenas a matéria do passado se volatilizou, mas a forma do que aconteceu, de algo imperceptível que se passou em uma matéria volátil, nem mais existe. Nós mesmos devimos imperceptíveis e clandestinos em uma viagem imóvel. (DELEUZE e GUATTARI, 2012, p. 79)

A partir dessa experiência, vislumbrou-se uma proposta de pesquisa. Juntamente com a intenção de reencontro com a Universidade, com a necessidade de se ter tempo para parar e pensar sobre o vivido e vivente.

Dessa forma, um corpo capacitado de “técnica do Estado”, depara-se com um mestrado de psicologia institucional, composto novas nuances: alunos, professores, autores, discursos, práticas, escritas.

Nesses encontros, perguntas foram gestadas: como escrever sobre o que se vive em Liberdade Assistida? Como eleger o que discutir entre tantas questões presentes nesse campo? Qual posição tomar frente tais questões? Como observar? Como perguntar? Como ouvir? Como delimitar um problema de pesquisa?

Em busca por tais respostas, muito se sentiu e viveu: diversidade de povoamentos, sentimentos intensos, conversas, escritas, metodologias, tentativas, erros, experiências, avaliações, parcerias em diferentes níveis, afastamentos em tempos e espaços com sucessivos retornos, embates,

encontros com as disciplinas e seminários, foram configurando as decisões e direcionamentos desta escrita.

Tais perguntas foram sendo feitas sucessivamente neste percurso, era preciso recapturá-las, escutá-las, para com elas dialogar por outros lados e em outros contornos. Barulhos, informações e falas, cotidianos ocupados por intensidades que transbordaram e com as quais foi necessário organizar encontros rotineiros, numa criação constante de fronteiras para os problemas que se apresentavam sem limites.

Foi entre diálogos diversos que foi construído este texto, este “corpo de pesquisa”: várias e diferenciadas reconfigurações e um campo proposto. Cada encontro, congresso, livro, aula, eram novos retalhos desse complexo *patchwork* e suas costuras e descosturas, carregadas de tentativas de se compor arranjos e fazer sentido.

Colcha de retalhos e retalhos de texto, corpo marcado por encontros com pessoas e teorias que povoam Liberdade Assistida, o Creas e a Universidade. Marcas de intensidades e elaborações diferentes, marcas dizíveis e indizíveis, entrelinhas com intenções, silêncios entre bruscos parágrafos. Bruscos parágrafos! Como amolecê-los?

“Análise de discursos, embora estes utilizem signos, não se situa no campo da análise linguística (semiótica), nem psicológica, e sim como uma análise histórico-política, não cabendo aí a procura da veracidade ou falsidade do discurso, mas o que ele produz como prática que é: prática histórico-política.” (OLIVEIRA, 2001, p.25)

Blocos duros de letras que provocaram uma busca por poética. Outras escritas, assessorias de como se escreve, em conversas diversas, nas aulas, no Creas, sobre marcas de bruscas diferenças. Diferenças de corpo, de linguagem, de cultura, de fala, de jeito, de música, de códigos, de acordos, de conhecimento, diferenças doloridas de mundos.

Pois bem, no visível há uma relação entre um eu e um ou vários outros (como disse, não só humanos), unidades separáveis e independentes; mas no invisível, o que há é uma textura (ontológica) que vai se fazendo dos fluxos que constituem nossa composição atual, conectando-se com outros fluxos, somando-

se e esboçando outras composições. Tais composições, a partir de um certo limiar, geram em nós estados inéditos, inteiramente estranhos em relação àquilo de que é feita a consistência subjetiva de nossa atual figura. Rompe-se assim o equilíbrio desta nossa atual figura, tremem seus contornos. Podemos dizer que a cada vez que isto acontece, é uma violência vivida por nosso corpo em sua forma atual, pois nos desestabiliza e nos coloca a exigência de criarmos um novo corpo – em nossa existência, em nosso modo de sentir, de pensar, de agir etc. – que venha encarnar este estado inédito que se fez em nós. E a cada vez que respondemos à exigência imposta por um destes estados, nos tornamos outros. (ROLNIK, 1993, p. 3)

Também foram levantadas questões como: quais gritos ouvir? Que dor entre tantas dores? Que problemas entre tantos problemas? Que injustiça perante tantas injustiças? Que absurdo perante incontáveis absurdos?

Indivíduos ou grupos, somos atravessados por linhas, meridianos, geodésicas, trópicos, fusos, que não seguem o mesmo ritmo e não têm a mesma natureza. São linhas que nos compõem, diríamos três espécies de linhas. Ou, antes, conjuntos de linhas, pois cada espécie é múltipla. (DELEUZE & GUATTARI, 2012, p. 83)

A partir das polifonias de vozes a serem ouvidas e ressoadas, vozes cheias de experiências que precisam ser trocadas e discutidas; vozes que trazem soluções e sugestões de quem sabe do dia a dia, de quem pensa sobre o que vivencia, sente e vê liberdade assistida, esse trabalho se confeccionou.

Diante disso, é importante dizer que não se buscou por soluções unânimes e acalentadoras. Muito pelo contrário. O que se percebeu é que, em Liberdade Assistida, há muitas perguntas que precisam ganhar visibilidade, pois não se referem a uma especificidade de um campo de atuação, mas remetem a modos de se operar da sociedade.

2.1. **Corpos e misturas: por uma metodologia ativa**

“Pois, antes do ser, há a política.” (DELEUZE E GUATTARI, 2012, p. 85)

Ao procurar por uma metodologia de pesquisa, ficou evidente que era necessário discutir sensibilidades. Nota-se que, para construir um “corpo pesquisador”, era preciso constituir-se por diferenças. Para isso, foi importante buscar superar um modelo de corpo-organismo, determinado somente por funcionalidades orgânicas, resumido em conjunto de órgãos e funções.

Nesse processo, fez-se necessário o rompimento com dualidades e dialéticas, principalmente na contraposição desse corpo ao espírito ou à alma, deixando, assim, de ser um receptáculo de algo que o comanda, ou um conjunto de repartições funcionais de aparelhos. Esse corpo buscou ser relação dinâmica em formação constante.

Portanto, o corpo do pesquisador nunca está dado, não se nasce com ele, mas que precisa de afinações, de preparos e reparos. “Adquirir um corpo é um empreendimento progressivo que produz simultaneamente um meio sensorial e um mundo sensível.” (LATOURE, 2009, p. 40)

Tal empreendimento é conquistado provisoriamente através de treinos de corpo, contrastes de sentidos em nuances, graus de sensibilidades, registros que se aprendem por marcas. O olhar, o foco de atenção, o pensamento, deformações e suas percepções. Foi necessário entortar-se, amassar-se vivenciando, para se produzir essa pesquisa.

Dessa forma, buscou-se relativizar uma lógica binária corpo-sujeito, unidade-sujeito. Em exterioridade consigo, depara-se com unidade-objeto, delimitados em recortes diferenciados. Não se fala aqui somente desses objetos hermeticamente delimitados, externos, que serão observados, pesquisados, analisados, aliados à concepções e métodos pré-estabelecidos.

O pensamento, desta perspectiva, não é fruto da vontade de um sujeito já dado que quer conhecer um objeto já dado, descobrir

sua verdade, ou adquirir o saber onde jaz esta verdade; o pensamento é fruto da violência de uma diferença posta em circuito, e é através do que ele cria que nascem tanto verdades, quanto sujeitos e objetos. (ROLNIK, 1993, p. 5)

Para desapegar-se de ferramentas conceituais preconcebidas, foi necessária a experimentação de diferenças. Dessa forma, foi importante procurar romper com uma preocupação primordial de realizar pesquisa asséptica, limpa de ruídos, topadas, preocupada com demarcações e binarismos entre sujeito, objeto, meio, instrumentos e todos esses infinitos detalhes.

Compreendeu-se que as experiências podem ser realizadas por diferentes caminhos. Algumas se utilizam de tecnologias instrumentais pré-estabelecidas, programadas, apostando e confiando em metodologias científicas já testadas, replicadas e adaptadas, nas quais grande importância está na meticulosidade de métodos ou no rearranjo de referências. Outras se baseiam em conceitos enformadores, lentes de aumento, detalhamentos.

Aqui, apostar-se-á na inventividade, na construção do saber corporificado, de um escrever vivido e sentido, com a intenção de não produzir informações pré-concebidas, já procuradas, confirmar hipóteses *a priori* formuladas, mas permitir-se buscar a imprevisibilidade aliada à capacidade de criação.

Desafiar-se ao desconhecido, no que se acredita conhecer. Abrir-se para outros pontos de vista, falas, movimentos, melodias, cheiros... num local que é familiar e povoado. Contando que a experiência é algo irrepetível, imprevisível, irreduzível, a partir do momento em que se propõe a vivenciá-la mais intensamente.

Esta experiência delimitou-se entre técnicos e adolescentes do campo de execução da Liberdade Assistida do Centro de Referência Especializada da Assistência Social (Creas) – na qual o “corpo de técnica” se diferencia do “corpo de pesquisadora”, e vice-versa, para ver, rever, perceber, visitar, reviver. Não numa intenção de repetir, mas de se vivenciar de outros jeitos, explorando outros pontos, outras nuances possíveis de vida.

Nesse desafio, o trabalho assemelhou-se a um processo de mistura de tintas. Ao misturar tintas líquidas, antes de se chegar a uma proposta de uniformidade visual, percebe-se que, enquanto fluidos se encontram, paisagens

diferentes de cores configuram-se, gradações variadas, que formam caminhos diversos dentre diferentes espessuras de líquidos.

A cada mexida do misturador, diversas paisagens e desenhos formam-se em processo constante. Formas que são o que chamamos de tinta, que têm um objetivo pré-estabelecido, que é pintar e colorir paredes, móveis, ferragens, mas que durante suas misturas se tornam paisagens provisórias, cores momentâneas irreprodutíveis, evidenciando constituições de experiências invisíveis, positividade virtual.

Entre formas, misturas e paisagens, a proposta foi adentrar-se ao campo do Creas, levando como ferramenta uma atenção porosa, permeável a dizeres, sons e ruídos dessas configurações provisórias.

O problema, por ser perfeitamente determinado como problema, é uma positividade virtual que não desaparece nos casos de solução. Sendo assim, a um caso de solução, como objeto individuado atual, corresponde uma porção problemática – o não-ser do próprio objeto. Este não-ser, todavia, não é o ser do negativo, mas o ser do problema como elemento genético do objeto que não cessa de participar de sua produção, não podendo ser esgotado pela atualização. (ROQUE, 2002, p. 29)

O que se intencionou, não foi pesquisar visando reafirmar formas dadas, preconcebidas, assim como constatações já existentes no campo discursivo da Assistência Social. Buscou-se exercício de vivência, de pensamento e de problematização do vivido.

Há produção de dados da pesquisa, existe um trabalho de criação envolvido na relação com o campo, uma real produção, mas do que, em alguma medida, já estava lá de modo virtual.

O foco não estava numa meta única que seria a busca específica de dados para comprovação de hipóteses. A estratégia que se pretendeu, aqui, é aberta a imprevisíveis desvios, desequilíbrios.

“A atenção não busca algo definido. Como uma antena parabólica, a atenção do cartógrafo realiza uma exploração assistemática do terreno, com movimentos mais ou menos aleatórios de passe e repasse, sem grandes preocupações com grandes redundâncias. Tudo caminha até que a atenção, numa atitude ativa de receptividade, é tocada por algo.” (PASSOS E KASTRUP, 2009, p.44)

Atenção desfocada, flutuante, “espreita atenta a diversos eventos inesperados” (PASSOS, KASTRUP e ESCOSSIA, 2009, p.145) numa proposição de deixar vir. Uma atitude na qual se possa presentificar o acionamento de percepções, de outras sensações, além da observação ocular e focalizada.

“Não vale a pena falar, seria necessário, em primeiro lugar, trocar os óculos, as bocas e os dentes, todos os segmentos. Não é apenas literalmente que se fala, percebe-se literalmente, vive-se literalmente, quer dizer, seguindo linhas, conectáveis ou não, mesmo quando são muito heterogêneas.” (DELEUZE e GUATTARI, 2012, p. 82)

Gradativamente e repentinamente, localiza-se e evidencia-se entrelaçamentos e linhas, atenção desse “viver literalmente”, traçando caminhos, produzindo mapas que compõem cartografias, junto ao Creas, em Liberdade Assistida. Diferentes facetas e momentos, foram tornando-se ferramentas.

Despontam-se questões nesse campo, entre as quais escuta-se ressonâncias com diferentes tempos e territórios. Assim, levantar e destacar não apenas as questões exclusivas à Liberdade Assistida, mas as que se propagam por outros profissionais, outros serviços, outras propostas, e que também se incluem nos contextos deste trabalho.

Pergunto-me se não podemos encarar a modernidade mais como uma atitude do que como um período da história. Por atitude, quero dizer um modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária que é feita por alguns: enfim, uma maneira de pensar e sentir, uma maneira de agir e se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa. (FOUCAULT, 2002, p. 341-342)

Um dos propósitos foi exatamente desafiar “um certo estado de nossa vontade que nos faz aceitar a autoridade de algum outro para nos conduzir nos domínios que convêm fazer uso da razão.” (FOUCAULT, 2002, p. 337)

Dica metodológica, uma modernidade “pela consciência de descontinuidade do tempo” sobre a qual se assume uma atitude sobre a transitoriedade, “essa atitude voluntária, difícil, consiste em recuperar alguma coisa de eterno que não está além do instante presente, nem por trás dele, mas nele.” (FOUCAULT, 2002, p. 342)

Para isso, foram aproveitados diferentes momentos e encontros com o campo proposto – Creas, Liberdade Assistida – partindo da experiência profissional no dia-a-dia (de julho de 2010 a março de 2012), depois visitas periódicas (2012), participando e observando grupos de atendimento aos pais, oficinas, acompanhamento de rotinas. Deslocamentos variados, a partir dos quais buscou-se diferenciadas condições de interação.

Em 2013, surgiu a proposta de conversas – tanto individuais como em grupo – com os profissionais, sobre o tema “Liberdade Assistida”, porém utilizando como estratégia o que Foucault (2002) aponta como “ontologia histórica de nós mesmos”, a qual em sua sistematização propõe as seguintes perguntas:

Como nos constituímos como sujeitos de nosso saber; como nos constituímos como sujeitos que exercem e sofrem as relações de poder; como nos constituímos como sujeitos morais de nossas ações. (FOUCAULT, 2002, p. 350)

Para essas conversas, foi elaborado um roteiro de entrevistas semiestruturadas, a partir do qual outras discussões mais amplas desenvolveram-se. Foram escolhidos profissionais que atuam diretamente no atendimento aos adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida, de diferentes escolaridades, cargos e profissões.

Essa opção deu-se pela percepção de que esses se situam em uma posição estratégica. Ao mesmo tempo em que trabalham com o estabelecido para a execução dos programas – metodologias, discursos, articulações – deparam-se com as realidades das demandas dos adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida e de seus contextos de vida.

Por questões de segurança e responsabilidade ética, insiste-se em não identificar ou descrever esses profissionais voluntários da pesquisa. Entendendo que a publicação de suas falas, com alguns posicionamentos e críticas, dentro de determinados equipamentos e gestões públicas ininterruptamente cambiantes, afetam as vidas que ali se envolvem, portanto merecem respeito e cuidado.

Foram realizadas cinco entrevistas estruturadas, de forma que fossem levantados tanto os aspectos do que se prevê que se executem, como o que

pensam a respeito do que vivem. Além da realização das entrevistas, foi feito um encontro de discussão em grupo.

A proposta do encontro grupal intencionou levantar problemas mais gerais da atuação da área, incluindo as relações da esfera governamental municipal e outros problemas que se intensificam no contexto presente, além de validar algumas das informações das entrevistas.

Numa proposta de “tempestade de ideias”, pediu-se que escrevessem num papel grande em branco, com canetas da cor que preferissem e em conjunto, “o que viesse à cabeça naquele momento quando se fala no trabalho com liberdade assistida” ou “o que acham relevante em liberdade assistida hoje” ou “o que ferve nessa questão?”.

Provocações abertas foram colocadas na mesa com a intenção de captar o que brotaria do momento, sem muita orientação pré-estabelecida. Foi dado um tempo para esse levantamento em algumas palavras ou frases e, depois, cada profissional explicitou o que pensou e escreveu, o que foi gerando, ao longo das explicitações, intervenções e discussões entre todos.

Durante o processo da escrita, certa seriedade, alguns suspiros, um pouco de indecisão de que cor de caneta usar. Algumas risadinhas no meio, mas o silêncio prevaleceu. Quando a primeira pessoa terminou disse: “*chega!*”, seguida de risadas, e depois olhou para mim e brincou: “*está bom? Ou quer dar uma folha só para mim?*” Indicando que teria muitas outras coisas a escrever, mas que para ela aquilo bastava para aquele momento.

A proposta, primeiramente, era de que cada um elegesse um dos seus temas escritos para discutir. No entanto, discordaram, pois acharam pouco falar de um só tema. Então, cada um lia o que escreveu e, depois, diante dos temas expostos, as discussões.

Muitas das falas do grupo apontaram para questões que surgem como entraves de trabalho, que estão fora da esfera de atuação dos profissionais do Creas, mas que afetam o andamento do que é esperado.

Dificuldades no âmbito de atuação das esferas municipais governamentais municipais (falta de recursos, entraves estratégicos, problemas de diálogo e compreensão das propostas por outros serviços), problemas amplos do

funcionamento social (como desigualdade social e suas consequências, os preconceitos, o tráfico, a criminalidade, dependência e uso de drogas, consumismo, críticas à falta de valores como os de família, de respeito à escola, desvalorização da vida).

Ao mesmo tempo, surgiram queixas sobre as dificuldades relacionadas à adesão dos adolescentes e de seus responsáveis, diferentes formas de recusa ao cumprimento do que seria adequado à medida socioeducativa. Vários casos foram levantados nesse momento, tanto indicando dificuldades cotidianas, quanto o que se considera como sucesso.

Os sentimentos manifestados oscilaram entre piadas seguidas de risadas e momentos de seriedade. No final, a proposta foi expressar quais sentimentos a discussão dessas questões trouxe. Os que preponderaram foram “impotência” e “frustração”. Estratégias de valorização dos resultados (mesmo que pequenos, pelo ponto de vista quantitativo), assim como a riqueza das experiências adquiridas com os desafios, ênfase na necessidade de persistência e esperança de mudança.

Tudo isso serviu como pistas para se traçar os caminhos de escrita dos textos a seguir. Considerando que:

[...] a questão crítica deve ser revertida em questão positiva: no que nos é apresentado como universal, necessário, obrigatório, qual é a parte do que é singular, contingente, fruto das imposições arbitrárias. Trata-se, em suma, de transformar a crítica exercida sob a forma de limitação necessária em uma crítica prática sob forma de ultrapassagem possível (FOUCAULT, 2002, p. 347)

A principal intenção dos traçados propostos é possibilitar que as críticas, as reclamações, pensamentos e sentimentos de quem vivencia o campo proposto se reverberem, sejam escutados, valorizados, visualizados, de forma a problematizar o que a sociedade propõe para os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e, no mesmo mapa, o que se pode vislumbrar como possibilidade de relações éticas em Liberdade Assistida.

3. Sobre Políticas Estatais

Ao se propor adentrar ao campo das propostas estatais para infância e adolescência, percebe-se que muitos aprofundamentos são necessários, muitas lógicas colocadas precisam discutidas, a fim de colaborar para uma leitura mais crítica dessa realidade.

Diante disso, escutando, pensando, observando equipamentos como o Creas e o programa de Liberdade Assistida, várias questões que se fizeram evidentes, ressaltando e ampliando o que ali se coloca e o que atravessa. Questões amplas e complexas e que, por isso, precisaram ser delimitadas.

Dessa forma, intercessões teóricas foram introduzidas nesse processo, numa intenção de fragmentá-las, desarticulá-las e associá-las aos apontamentos visíveis a serem pensados, discutidos e trabalhados, de forma a contribuir para aprimoramento dos programas propostos para esse campo.

3.1. Estado e governamentalidade

Para iniciar essa trajetória, de forma a se observar o campo proposto, num contexto um pouco mais ampliado, buscou-se o auxílio de Foucault ao afirmar que “o Estado não tem essência. O Estado não é um universal, o Estado não é em si uma fonte autônoma de poder.” (FOUCAULT, 2008b, p. 106)

Esse autor traz rompe, assim, com algumas verdades ditas universais e apriorísticas, as quais apontam para Estado como algo único, universal, detentor do poder. Dessa forma, valorizam-se elementos de construção histórica, associados a mecanismos atuantes, que vão configurando as relações e o exercício de poder.

Assim, inicia-se aqui o empreendimento de tentar situar alguns elementos que apontam para a maneira como o Estado, diferenciado do conceito de soberania, configura-se como efeito de “governamentalidades múltiplas”. (FOUCAULT, 2008b, p.106)

Com a intenção de esclarecer, propõe-se um breve percurso teórico que tem início com Foucault (2008a), trazendo um recorte particular de um período, entre o século XVI e XVIII. Nos quais foram constatadas mudanças importantes na configuração do poder Estatal, principalmente em relação aos seus focos estratégicos de investimento de poder, assim como maneiras de atuação na configuração das artes de governar.

Para explicar isso, ele expõe como a soberania era exercida pelos príncipes. Soberano, governava por meios hereditários ou por conquistas de outros reinos, em guerras e disputas de território. O objetivo principal da soberania é a conservação de territórios e tudo o que esses contêm. (FOUCAULT, 2008a)

O príncipe estabelece com seu reino uma relação de transcendência, singularidade e exterioridade (FOUCAULT, 2008a). “Os fins justificam os meios” eram as orientações de Maquiavel. Portanto, o que toma frente às preocupações soberanas são: manutenção espacial do reino, estratégia militar e poder de conquista.

Com o aumento do trânsito de pessoas, mercadorias, crescimento das cidades e evolução dos meios transportes, problemas e propostas começaram a despontar para se bem governar: estratégias de controle, de gerenciar “coisas”¹, tornaram-se necessárias.

Diferentes dos “príncipes”², que se colocavam em exterioridade com os reinos, tais governantes eram partes atuantes e afetadas por sua própria administração de território.

Essa necessidade de se incluir a existência de uma multiplicidade de “coisas” (FOUCAULT, 2008a) a serem consideradas e reguladas, se deu na urgência de se manter a população devidamente suprida. Evitando, assim, o risco de escassez e, resultante desse, revoltas e caos nas cidades.

Portanto, passa-se a contemplar preocupações como a preservação da moral, manutenção da saúde e conservação das riquezas; de forma a prevenir grandes infortúnios e calamidades para os governados.

Não mais se fazia como o príncipe e soberano, que tinha uma continuidade descendente para com o território, em que suas decisões e medidas governamentais se referenciavam “de cima para baixo” e o controle dos povos era devido a hereditariedade ou por conquistas militares. Para se governar bem era preciso uma continuidade ascendente (FOUCAULT, 2008a), uma relação do de baixo para cima.

[...] quem quiser governar o Estado, primeiro precisa saber governar a si mesmo; depois num outro nível, governar sua família, seu bem, seu domínio, por fim, chegará a governar o Estado. (FOUCAULT, 2008a, p. 125).

Dessa forma, evidenciam-se diferentes práticas de administração interna, intituladas “Estado de Polícia” (FOUCAULT, 2008a), ou seja, formas de se utilizar estratégias de controle interno ao território.

¹ “Creio que temos aqui uma ruptura importante: enquanto a finalidade da soberania está em si mesma e enquanto ela tira instrumentos de si mesma sob a forma da lei, a finalidade do governo está **nas coisas** que ele dirige; ela deve ser buscada na perfeição, na maximização ou na intensificação dos processos que ele dirige, e os instrumentos do governo, em vez de serem leis, vão ser diversas táticas.” (FOUCAULT, 2008, p.132)

² Aqui fazendo referência a Maquiavel.

Assim, percebeu-se que, para se garantir controle do território, era importante preocupar-se com as condições de vida e segurança das cidades. “A introdução da economia no seio do exercício político, é isso, a meu ver, que será a meta essencial do governo.” (FOUCAULT, 2008a, p.126)

A partir dessa meta, configura-se esse tipo de poder, que se exerce se ocupando de indivíduos e coisas, “o que implica primeiro, uma pluralidade de fins específicos” (FOUCAULT, 2008a, p. 131). Era preciso, priorizar a administração das riquezas de modo a garantir a subsistência e crescimento e, para isso, tornou-se necessário o uso de variadas táticas.

Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos, são coletividades. Quando se fala da cidade que se governa, que se governa com base nos tecidos, quer dizer que as pessoas tiram sua subsistência, seu alimento, seus recursos, sua riqueza, dos tecidos. (FOUCAULT, 2008a, p. 164)

Cria-se, assim, uma ferramenta muito relevante à racionalidade política: a economia política. “O fim da razão de estado é o próprio Estado” (FOUCAULT, 2008a, p.347) e, no intuito de garantir o bem-estar de todos e a conservação desse, são desenvolvidas ferramentas, estratégias, artes de governar a população.

[...] que objetivos a economia política se propõe? Pois bem, ela se propõe como objetivo o enriquecimento do Estado. Ela se propõe como objetivo o crescimento simultâneo, correlativo e convenientemente ajustado da população, de um lado, e dos meios de subsistência do outro. O que se propõe a economia política? Pois bem, garantir de forma conveniente, ajustada e sempre proveitosa a concorrência entre Estados. (FOUCAULT, 2008a, p. 19)

Desenvolve-se, desta forma, a ciência de Estado, a Estatística. Quantificações começam a ser utilizadas para o governo das coletividades. Passa-se a envolver cálculos e quantificações das necessidades de governo das populações, do desenvolvimento das cidades, da abundância monetária e do desenvolvimento agrícola.

A estatística, ao possibilitar a quantificação dos fenômenos próprios da população, faz aparecer em sua especificidade irreduzível [ao] pequeno âmbito da família. Salvo certo número de temas residuais, que podem perfeitamente temas morais e religiosos, a família como modelo do governo vai desaparecer. (FOUCAULT, 2008a, p. 139)

Assim, através da razão de Estado, da Estatística e da economia política, o Estado efetivo contemporâneo é aquele que atua, utilizando para isso tecnologias de segurança populacional, de forma a atender as demandas de mercado. Portanto, sua eficácia está, principalmente, na manutenção do consumo e da economia interna e externa.

O problema do neoliberalismo é, ao contrário, saber como se pode regular o poder político com base numa economia de mercado. Não se trata, portanto de liberar um espaço vazio, mas de relacionar, de referir, de projetar numa arte geral de governar os princípios formais de uma economia de mercado. (FOUCAULT, 2008b, p. 181).

No que contempla o interesse deste trabalho, é importante destacar que Foucault (2008b) adiciona que, na lógica neoliberal, a concorrência é considerada algo de primitivo e natural para projetar a operacionalização mercadológica. Uma estrutura dotada de propriedades formais, que asseguram a regulação econômica pelo mecanismo dos preços: “o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial.” (FOUCAULT, 2008b, p. 201).

Dessa forma, a relação de concorrência vai se configurando como algo de ordem inflexível e inalterável, uma vez que é fundamental para o mercado. Para tanto, é necessário não só que a sociedade se submeta à sua dinâmica, como também às suas variações.

Para que essa regra da concorrência seja mantida e o mercado seja possível, é necessário que o Estado utilize o que Foucault (2008b) chamou de “ações de conjuntura”: mecanismos que agem em torno do mercado, mas não atuam nos processos inerentes a este, os quais se caracterizam por:

[...] população, técnicas, aprendizagem e educação, regime jurídico, disponibilidade dos solos, clima: tudo isso são elementos que como vocês veem, não são diretamente econômicos, não tocam nos mecanismos específicos do mercado. (FOUCAULT, 2008b, p.193).

Bases materiais, culturais, técnicas, jurídicas, científicas e sociais serão alvo de intervenção política governamental, com vias de regulação de mercado algo como uma “política de moldura” (FOUCAULT, 2008b), fatores não

mercadológicos que passam a ser tratados como elementos de mercado e inclusos dentro da lógica do capital especulativo.

Assim, a sociedade “emoldura-se” de forma que suas relações incorporam práticas e discursos que se assemelham aos de empresas. O Estado, para ser considerado eficiente, precisa garantir competitividade, lucro, segurança e crescimento das vidas.

É essa multiplicação da forma “empresa” no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade (FOUCAULT, 2008b, p. 203).

Por esse viés, relações passam a ser atravessadas por conceitos e interesses empresariais. Portanto, perante conflitos, diferenças de interesses, formalizações, intervenções jurídicas vão sendo necessárias.

Sob esse ponto de vista, de uma sociedade indexada na multiplicidade e diferenciação das empresas, quanto mais se multiplicam as empresas, mais se multiplicam as superfícies de atrito entre essas e, conseqüentemente, para arbitrá-los, maior necessidade de intervenções jurídicas.

Esse foco aposta na imbricação entre processo econômico, conjunto institucional e aparato jurídico. Logo, conclui-se que o Estado, para legitimar-se, precisa estar a serviço da lógica de mercado e utilizar dos aparatos jurídicos e institucionais. “Onde há forma da lei, e no espaço definido pela forma da lei, o poder público pode legitimamente tornar-se coercitivo.” (FOUCAULT, 2008b, p. 233)

Entretanto, esse Estado de Direito também permite que os cidadãos possam, através do próprio aparato legislativo, entrar com recurso contra o poder público. As leis, então, vão arbitrar as relações entre os indivíduos e o poder público.

Assim, para que esse Estado funcione, de forma a arbitrar relações e funcionar na ordem econômica, “deverá formular certo número de medidas de caráter geral, mas que deverão permanecer inteiramente formais, isto é, nunca deverão se propor a um fim particular.” (FOUCAULT, 2008b, p. 237).

O que Foucault (2008b) ressalta é que, existe então, uma relação do Estado com a economia, a qual funciona como um “jogo: um conjunto de atividades reguladas” uma moldura de leis, ou seja, “um conjunto de regras que determina de que modo cada um deve jogar”. “Um jogo de empresas regulado no interior de uma moldura jurídico-institucional garantida pelo Estado.” (FOUCAULT, 2008b, p. 238)

As demandas dessas numerosas empresas e suas relações vão requerer o aumento crescente das demandas de arbitragens. Então, a Justiça vê ampliadas e diversificadas as necessidades de suas intervenções. Assim, tende a tornar-se “um serviço público onipresente”. (FOUCAULT, 2008b, p. 241)

Voltando ao jogo econômico, o Estado tem também como função assegurar que toda a sociedade seja parte desse jogo, e que sejam as mesmas regras para todos, dentro das molduras. “Entre a regra da concorrência da produção e da proteção do indivíduo, há que instaurar ‘um jogo particular’ para que nenhum jogador possa correr o risco de perder tudo” (FOUCAULT, 2008b, p.278).

A forma que o Estado encontrou para assegurar que ninguém fique excluído do jogo foi através da regulamentação social, da seguridade social, da assistência social, dentre outros dispositivos.

Em suma, não se trata de assegurar aos indivíduos uma cobertura social dos riscos, mas de conceder a cada um uma espécie de espaço econômico dentro do qual podem assumir e enfrentar riscos. (FOUCAULT, 2008b, p. 198)

A política social, portanto, tem como seu objetivo garantir o acesso de cada um aos bens de consumo. Entretanto, em risco de perder esse acesso, pois não se excluem de uma sociedade dividida sob a lógica de unidades-empresa, são assim “uma espécie de empresa de si mesmo”, um “capital-competência” (FOUCAULT, 2008b, p. 310) ou um “empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital” (FOUCAULT, 2008b, p. 311).

Foucault (2008b) aponta que todos estão sujeitos a riscos na sociedade neoliberal: “a fruição deste indivíduo estará ligada a um curso do mundo que o extrapola e o escapa por toda a parte”, ou seja, “o acontecimento que pode acontecer do outro lado do mundo pode repercutir no meu interesse, e não tenho como influir sobre ele.” (FOUCAULT, 2008b, p. 377)

Considerando que a concorrência é regra fundamental desse jogo, por mais que se garanta que todos fiquem incluídos, não será possível a transferência de renda de uma classe social para outra de modo que haja igualdade social. (FOUCAULT, 2008b)

Em compensação, vocês têm na sociedade uma categoria de indivíduos que, seja a título definitivo, por serem idosos ou deficientes, seja a título provisório, por terem perdido emprego, por serem desempregados, não podem alcançar certo patamar de consumo que a sociedade considera decente. Pois bem, é para eles e em favor deles exclusivamente que se deveria atribuir o que constitui benefícios compensatórios, os benefícios de cobertura característicos de uma política social. (FOUCAULT, 2008b, p. 280).

Benefícios que garantem a sobrevivência, dentro de uma lógica de manutenção mercadológica na qual Estado e Justiça atuam para controlar a sociedade civil.

“Em linhas gerais, trata-se de assegurar, não a manutenção de um poder aquisitivo, isso de forma alguma, mas de um mínimo vital para os que, de modo definitivo ou passageiro, não poderiam assegurar sua própria existência.” (FOUCAULT, 2008b, p. 196-197).

Ao acompanhar atendimentos de Liberdade Assistida, no Centro de Referência Especializada da Assistência Social, durante observações e entrevistas, foi perguntado aos profissionais como eles descreveriam as famílias que ali são atendidas. Pode-se dizer que prevaleceram apontamentos para certas precariedades nas condições de vida.

“A maioria tem empregos, algumas domésticas com carteira assinada, outras são diaristas, mas são famílias que têm uma situação financeira bem... Não vou dizer paupérrimas, ou na pobreza extrema, não, mas, são famílias com muitos filhos, tem isso no geral. Famílias ou só compostas da mãe, ou o marido, já foi, já separou, ou faleceu na questão da violência e deixou muitos filhos, geralmente 3, 4, 5, 6 crianças.” (Entrevista, 11/2013)

“Então são famílias assim, não sei se categoria pobre entra nessa situação, mas tem um salário... Não muito bom, não passa de mil reais.” (Entrevista, 11/2013)

“Quando o adolescente não tem um envolvimento assim, mais profundo, mesmo continuando lá no tráfico, naquele movimento, com o qual a gente sabe que é difícil ele romper, ele consegue vir ao Creas, mas assim, casos e casos... Tem situação que o adolescente vem para o acolhimento e nem chega a iniciar a medida, e que se perde no meio do acompanhamento, devido a fatores de uso de drogas, tráfico de drogas, ameaças, conflitos. Então, acho que isso é uma barreira para que ele consiga cumprir, né, a medida socioeducativa.” (Entrevista, 11/2013)

Foucault (2008b) ressalta que uma parcela da população está nos cálculos governamentais como “flutuante”, “limiar”, ou seja, uma população reserva de mão de obra, que vive com assistência de benefícios básicos para reingressar no mercado de trabalho - uma vez que esse, em suas oscilações, poderá ou não lançar mão da necessidade daquela força trabalhista.

Os mecanismos de seguro permitem que cada um subsista, subsista de certo modo, subsista de tal modo, que poderá sempre ser candidato a um possível emprego. (FOUCAULT, 2008b, p. 284)

Essa seção populacional é reserva às necessidades oscilatórias mercadológicas. Dentre as estratégias utilizadas para monitorá-la está uma ampla rede de tecnologias estatais, nas quais se situa a Assistência Social.

Dessa forma, programas como o de Liberdade Assistida colaboram para “ações de conjuntura” estatais, garantindo a concorrência mercadológica, a reserva de mão de obra, em condições mínimas de consumo.

“As propostas que a gente tem pra eles **não são pra hoje**. Hoje, tem uma oficina, um atendimento, mas a gente quer, a longo prazo. E eles **não conseguem te dar um longo prazo**” (Grupo, 11/2013; grifo nosso)

“Acho que isso, a brutalidade a violência entre os jovens [fazem deles] grandes vítimas da violência. Eu acho que é o que mais choca.” (Entrevista, 11/2013)

“São tantas coisas, mas pra mim o que eu acho que hoje que mais grita mesmo é essa **questão da desvalorização da vida**. Pra mim é a questão maior, porque eles mesmos já não têm essa vontade de viver e nem valorizam a vida. **Morrer ou matar para eles é como dar bom dia, às vezes. Então é muito difícil**

“você trabalhar alguma coisa com uma pessoa que pensa assim. Porque isso, você consegue trabalhar de médio a longo prazo.” (Grupo, 11/2013; grifo nosso)

“Quando você sugere, quando você dá alguma linha de pensamento, ele já tem, uma só. Então, eu fico me questionando, como isso acontece? Porque que eles não são sonhadores? Porque o sonho não existe ali?” (Entrevista, 11/2013; grifo nosso)

“Eles não têm expectativa quanto à vida. Tem caso de menino falar: ‘pô, não aguento mais!’ [A gente fala:] ‘Mas sai, sai então dessa vida’. [Ele responde] ‘Você não está entendendo! Eu estou aqui, ou eu morro lá dentro, ou eu morro fora. Então é melhor estar aqui. Porque não tem outro... Eu vivo isso daqui, que é o momento’” (Entrevista, 11/2013)

O propósito de intervenção da Liberdade Assistida é procurar focar em estratégias que se colocam como de reinserção dos adolescentes no mercado de trabalho. Dessa forma, pode-se incluir os programas socioeducativos e os Creas, num conjunto de equipamentos que compõem o que Foucault (2008b) chama de governamentalidade:

“Entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança.” (FOUCAULT, 2008b, p. 143)

Dificuldades na aceitação das propostas, fatores que dificultam a atuação e intervenção dos profissionais do Creas.

“Na maioria das vezes é *frustrante*, a gente não consegue obter êxito. Nuns casos a gente investe, investe, investe no adolescente, não dá resultado... Às vezes ele não consegue se desvincular do ato infracional, tenta trabalhar com ele outras expectativas de futuro, mas muitas vezes não consegue...” (Entrevista, 11/2013; grifo nosso)

“A gente tem que separar, mas também tem que ser sensível. Se você não for sensível, se você não acreditar no trabalho, se você não acreditar na mudança, não adianta. Eu acho que é essa sensibilidade que às vezes adocece a gente. Porque você depende de toda uma rede de serviços, toda uma burocracia, não é só o Pia, não é só sua vontade, não é só seu conhecimento, você depende de várias outras coisas, e frustra. Porque às vezes você quer dar um passo que para o serviço é bem maior do que a sua perna.” (Entrevista, 11/2013; grifo nosso)

Frustrações, adoecimentos, expectativas por resoluções mais rápidas, tudo isso, aponta para uma necessidade de análise desse campo.

É preciso optar ou por uma filosofia crítica que se apresentará como uma filosofia analítica da verdade em geral, ou por um pensamento crítico que tomará forma de uma ontologia de nós mesmos, de uma ontologia da atualidade. (FOUCAULT, 2010a, p. 22)

Considerando que a proposta aqui é acompanhar processos, relembra-se Foucault (2010c, p. 253) quando aponta que “(...) poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder”.

“Quando acontece o querer mudar, nem sempre são reconhecidos, por essa mudança. As possibilidades, que são muito pequenas, exatamente por esse preconceito, que é a consequência dos atos infracionais.” (Entrevista, 11/2013)

“Essa incompreensão por parte do sistema, das pessoas que lidam com ele, da família, da impressão geral de que ele tem um envolvimento, tem muitas dificuldades, mas tem toda uma questão... Tem um histórico, né? Então nem sempre isso é visado.” (Entrevista, 11/2013)

“Eu acredito que não é só o serviço do Creas que está envolvido na medida socioeducativa. A educação, a saúde, a própria comunidade, ela devia estar preparada, e seria um conjunto de ações junto com esse menino. Porém, isso não acontece.” (Entrevista, 11/2013)

“Mas só que ele volta para aquela realidade ele ali, realidade do tráfico de drogas e outras questões, faz com que ele não consiga superar aquela situação, romper aquilo ali.” (Entrevista, 11/2013)

“Eu acho gratificante a gente poder, mesmo que seja dentro da medida socioeducativa, trazer alguma coisa de positivo pra vida desses meninos, porque eu acho que a medida socioeducativa existe justamente para isso, é o momento que você ainda pode resgatar... Porque se ele for pro sistema penal [prisional], acabou.” (Entrevista, 11/2013)

Diante de tais falas, a questão que se coloca é: o que elas podem estar produzindo e construindo nesse campo? O que tais discursos, dentro de equipamentos e programas estatais estão configurando, inclusive no que tange as relações em Liberdade Assistida?

3.2. **Infância e Adolescência no Brasil.**

“Acaba que não há um auxílio. Que o tempo todo eles são subjugados, são excluídos de uma maneira ruim...” (Entrevista, 11/2013)

“Tipo assim, a gente já sabe como é que é. Ai fica aquele **estereótipo**, aquele estigma.” (Entrevista, 11/2013; grifo nosso)

Adolescentes que violaram normas, leis, apreendidos, são registrados pelo sistema jurídico e social - o qual possui, a partir desse ponto, um conjunto de procedimentos na tentativa de corrigi-lo, de buscar orientá-los para outras possibilidades de vida.

[...] quem deve corrigi-lo se apresenta como sendo a corrigir na medida em que fracassaram todas as técnicas, todos os procedimentos, todos os investimentos familiares e corriqueiros de educação pelos quais se pode ter tentado corrigi-lo. O que define o indivíduo a ser corrigido, portanto, é que ele é incorrigível. (FOUCAULT, 2001, p. 73)

No que tange à execução da medida socioeducativa, como diz Foucault (2001, p. 26-17) tornam-se “o objeto de uma tecnologia e de um saber de reparação, de readaptação, reinserção, de coerção”.

“Não tem reflexão nenhuma na forma de eles estarem resolvendo os problemas. É chamar a polícia. Porque a gente só vê registro de adolescente que, aconteceu um problema na

escola, eles já acham que, ao invés de chamarem os pais para tentar minimizar a situação, eles vão e chama a polícia para fazer BO, boletim de ocorrência. Aí as crianças têm não sei quantas passagens na polícia. Passagens mas tipo assim, só que não pegaram nenhuma medida, porque é problema de escola. (Grupo [discussão sobre a forma como algumas escolas resolvem os conflitos], 11/2013)”

Portanto, de acordo com a gravidade dos atos cometidos e a quantidade desses nas fichas criminais, penas variam em tempo e regime – que, no caso da faixa etária de 12 a 18 anos, são denominadas como medidas socioeducativas. Essas medidas também variam em durabilidade de tempo e de regime: fechado (que é a internação), semiaberto ou aberto, que é a Liberdade Assistida (LA) ou Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

Trata-se de um aparato legislativo e executivo recente, porém bastante abrangente que, a partir do momento da inscrição do adolescente no sistema jurídico, estabelece os seguintes objetivos para a execução das medidas:

§ 2º Entendem-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), as quais têm por objetivos:

I – a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

II – a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e

III – a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

Responsabilização, integração social e desaprovação da conduta infracional são as principais metas prescritas nessa lei aos técnicos dos Creas para a aplicação da Liberdade Assistida.

“Então a gente procura inserir esse adolescente, no que é uma medida socioeducativa, o que é o programa do Creas, o que ele está fazendo lá, fazer refletir que ele está ali porque cometeu um ato infracional, esse ato infracional precisa ser refletido, então,

nesse primeiro momento a gente tenta trazer esse adolescente para perto da gente.” (Entrevista, 11/2013)

“Eu percebo que muitas vezes na questão de participação, eles não são tão envolvidos nas atividades propostas. Às vezes, o adolescente chega muito armado, sem vontade de fazer nada, sem interesse de fazer nada, aí eu acompanho a atividade se inicial, depois é por conta do oficinairo tentar motivar ele, mostrar uma outra atividade para que ele possa ser inserido.” (Entrevista, 11/2013)

A partir do momento em que se inicia o processo do adolescente, também inicia-se o desafio de se mantê-lo dentro das propostas colocadas pelas leis e pelo Estado. Começam então os embates: entre os objetivos colocados para os técnicos, de reparação do ato infracional com as famílias e adolescentes, e as dificuldades que apresentam em seus contextos múltiplos de vida.³

³ Isso será detalhado posteriormente.

4. O que se faz com os meninos soltos?

“O que eu acho mais engraçado também é a gente observar a seguinte questão: a maioria dessas crianças, desses adolescentes que têm essas questões na escola, eles precisam, até de um olhar mais próximo.” (Grupo - 11/2013)

“Então, esse conhecer o mundo deles muitas vezes a gente tem uns pré-conceitos, aí, a gente trabalhando com esse público a gente consegue repensar, algumas formas de tratar e de entender algumas coisas.” (Entrevista, 11/2013)

Diante dessas falas, é importante perceber que, apesar de estarem sendo exemplificadas através da escola, formas de se tratar e lidar estão colocadas no dia a dia dos serviços de atendimento dos mais diversos equipamentos estatais e na sociedade.

Na tentativa de ampliar um pouco a visão crítica perante as questões colocadas e suas consequências, talvez seja importante, para o enriquecimento das discussões, buscar algumas informações históricas.

Esse levantamento, então, propõe uma atitude, observar como certas práticas e discursos que se colocam no campo da Liberdade Assistida, e na sociedade, relacionando-os com a configuração das relações de poder de cada tempo. De forma a esclarecer esse ponto de vista, foi feito um breve levantamento histórico.

4.1. Das Ordenações Filipinas ao Código de Menores

“Não são apenas os prisioneiros que são tratados como crianças, mas as crianças como prisioneiros.” (DELEUZE, 1972, p. 41)

Na época em que Portugal colonizou o Brasil, os jesuítas vieram catequizar os índios e suas crianças. “O Evangelho, a espada e a cultura europeia estavam lado a lado no processo de colonização e catequização implantado no Brasil” (RIZZINI, 2009, p. 17). Os Padres jesuítas, ao “cuidar” das crianças indígenas, visaram transformá-las em “cidadãos adaptados aos costumes, leis portuguesas e doutrinas religiosas”.

Durante esse período, as leis que vigoraram eram as promulgadas em Portugal. Em 1808, quando o rei Dom João XI, veio para o Brasil, o código penal vigente eram as “Ordenações Filipinas”, promulgadas em 1603 por Filipe II, e orientava-se no sentido de ampla e generalizada criminalização e severas punições, não havendo distinção entre infância e idade adulta.

O primeiro Código Penal Imperial Brasileiro foi criado em 1830, após a Independência de 1822, o qual fixou a imputabilidade penal plena aos 14 anos de idade, estabelecendo um sistema para a punição de crianças com idade entre 7 e 14 anos⁴ (AZEVEDO, 2011).

Esse sistema era flexível, deixando o critério às decisões dos juízes, que normalmente avaliavam de acordo com a gravidade dos crimes - o que acarretava o encaminhamento de crianças a instituições corretivas. Entretanto, nesta época, ainda havia pouca distinção legislativa entre crianças e adultos, resultando em penalizações bastante similares para ambas as faixas etárias.

De um modo geral, a legislação relativa à infância nas primeiras décadas do Brasil Império referia-se a uma preocupação com o recolhimento de crianças órfãs e expostas. A responsabilidade de zelar pelos expostos era da Igreja, que contava com subsídios do Estado para executar medidas de cunho essencialmente assistencial. (SOARES, 2003 p. 5)

Logo após, a lei do Ventre Livre⁵ não apenas marcou a luta do movimento abolicionista, mas também foi importante para colocar em discussão a questão das crianças que não eram aproveitadas como força de trabalho livre pelos senhores coloniais, e que se tornavam, então, responsabilidade estatal.

Evidentemente, não foi ao acaso que essa discussão surgiu na produção de escrita dessa época, pois, levando em consideração o que diz Foucault (2011, p. 51): “o poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber”.

⁴ Vale lembrar, visando apropriar-se dos valores da época, que em 1840 foi procedida a emancipação de Dom Pedro II, que aos 14 anos de idade, passou a governar o Brasil, extinguindo-se o período da Regência.

⁵ Lei nº 2.040, de 28.09.1871, estabeleceu: Art. 1.º Os filhos de mulheres escravas que nascerem no Império desde a data dessa lei serão considerados de condição livre.

§ 1.º Os ditos filhos menores ficarão em poder ou sob autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a essa idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se de serviços dos menores até os 21 anos completos. No primeiro caso o Estado receberá o menor e lhe dará destino, na conformidade da referida lei

Muitos textos voltados a temas de como se deveria estruturar a educação da infância pela família, como praticar costumes cotidianos, como, inclusive, adequar posturas físicas durante o desenvolvimento infantil.

Através de críticas a práticas e estratégias já utilizadas na época, fundamentavam-se novas propostas. Umas se voltaram à criação “inadequada” dos filhos por amas de leite e à educação “artificial” das crianças ricas. Graves consequências comportamentais (supostamente inaceitáveis), como adultos “preguiçosos” e “pervertidos”, eram pontuados como resultantes desse tipo de educação.

Outro ponto de crítica, era no que se tornaram os hospícios ou asilos de menores abandonados, pois, em dado momento, passaram a resumir-se a um depósito de crianças com alto grau de insalubridade, acarretando perigos de mortalidade, naquela época.

No que diz respeito à administração dos menores abandonados, eles reprovam os índices surpreendentes de mortalidade dos menores recolhidos: noventa por cento morrem antes de poderem ‘se tornar úteis ao Estado’ essas forças que muito lhe custaram manter durante a infância e adolescência. Todos esses memoriais se obstinam em mostrar como seria oportuno, não obstante, salvaguardar os bastardos, a fim de destiná-los a tarefas nacionais, como a colonização, a milícia, a marinha, tarefas para as quais eles estariam perfeitamente adaptados, pelo fato de não possuírem vínculos de obrigações familiares. (DONZELOT, 1980, p. 16)

Entretanto, percebe-se, a importância de aprimoramento das técnicas educativas, a fim de aproveitar menores abandonados, uma vez que seriam úteis a tarefas nacionais.

No Brasil, segundo Costa (2004), o foco das críticas médicas e literárias à criação dos filhos apareceu principalmente voltado às famílias patriarcais da época colonial. Detentores, nesse momento da história, do poder territorial e político da colônia, os latifundiários, em sua família e propriedade, eram governadores e soberanos.

Segundo esse autor, o latifundiário que ocupava o lugar de pai nessa família respondia social e politicamente por seus membros e escravos. Já os demais componentes familiares tinham suas posições sociais com pouquíssima

mobilidade e deviam ter como propósito conservar e perpetuar a produção do latifúndio.

Nessa lógica, os filhos tinham um papel fundamental de perpetuação da herança da família e conservação da propriedade. Por isso, só ganhavam maior importância como indivíduo depois de certa maturidade física, quando adquiriam condições de trabalhar e colaborar na propriedade.

A vida infantil cindida da vida dos mais velhos, como se seu cerne pertencesse a uma segunda natureza humana. Natureza imprecisa, expectante, que se mantinha em estado larvar até o despertar da puberdade. (COSTA, 2004, p. 162)

Segundo Costa (2004), a relação que se estabelecia com a criança que nascia em uma família colonial era de considerá-la um “adulto incompetente”, “filho incapaz”, ou uma espécie de “anjinho”. Sua morte não era encarada pelos adultos como desventura, mas como algo natural, assim como uma fruta que pode ou não ficar boa amadurecida.

Os filhos dos patriarcas só começavam a ser valorizados depois de atingirem certo grau de maioridade física, ao trabalho e à propriedade familiar. “Ao pai-proprietário interessava o filho adulto, com capacidade para herdar seus bens, levar adiante seu trabalho e enriquecer a família.” (COSTA, 2004, p. 158)

Nessa época, então, a criação e tratamento das crianças eram regidos pela sabedoria de cada família (COSTA, 2004). Considerando que as mães patriarcais pouco saíam de casa, o acesso a informações externas ou orientações para além do contexto familiar e para o cuidado dos filhos era restrito. Utilizavam conhecimentos e receitas caseiras que recebiam oralmente de mães, avós, tias e outros parentes, nem sempre adequadas.

Além da literatura de orientação às famílias, outra “tecnologia” surgiu nessa época, em parceria com a Igreja, importou-se o modelo europeu da roda dos expostos, outro exemplo da pouca importância à fase da infância na época, a Casa dos Enjeitados, Roda dos Expostos, Casa da Roda ou simplesmente “roda”.⁶

⁶ Instituição criada em 1738 por Romão Matos Duarte, com objetivo caritativo-assistencial para recolher crianças abandonadas. Ficou conhecida como “roda” por conta de um dispositivo que se caracterizava por um cilindro de madeira que girava em torno de um eixo, com uma parte da superfície lateral aberta, por onde se introduzia a

Sua existência permitia que bebês fossem abandonados, sem qualquer consequência ou identificação. Esse sistema interessou a várias pessoas, que queriam se livrar de filhos “bastardos” ou filhos fora do casamento, pois eram frequentes os casos secretos de senhores coloniais com suas escravas ou prostitutas.

Em pouco tempo, logo após sua abertura, a roda sofreu superlotação, o que se tornou um sério problema de saúde pública - não somente pela exorbitante taxa de mortalidade infantil, como pelo risco de disseminação de doenças e demais problemas higiênicos.

Diante desse risco, fez-se um levantamento estatístico⁷ da quantidade de crianças, de mortes e de causas de óbitos, coincidindo com o desenvolvimento, pelo Estado, de estratégias e estudos de controle populacional, com a intenção de atuar como agente regulador de problemas que podiam ameaçar a ordem das cidades.

Como no exemplo francês (detalhado por DONZELOT, 1980), o movimento higienista começou a tomar força no Brasil, resultante dessa crise de ampla mortalidade infantil (COSTA, 2004), passando, assim, a desenvolver saberes mais abrangentes para localizar as causas dos óbitos infantis e combatê-las.

Campanhas de orientação às famílias foram implementadas, as quais levaram a necessidade de visitas constantes de médicos, para acompanhamento da saúde de seus membros. Dessa forma, médicos da família adentraram as casas patriarcais, criticando antigos hábitos, promovendo a higiene, principalmente em relação ao cuidado infantil.

A criança morta deixou de ser vetor de esperança religiosa dos pais para tornar-se um libelo contra o sistema familiar por eles mantido. (COSTA, 2004 p. 162).

Núcleos de famílias patriarcais, alvos de críticas e intervenções, questionados e modificados seus hábitos diários, sua higiene, sua criação de

criança sem que o depositário e o recebedor pudessem se ver. No Rio de Janeiro, essa roda foi instalada nas Santas Casas de Misericórdia, e as crianças eram cuidadas pelas freiras.

⁷ A Casa da roda, por não haver naquela época formas de se alimentar sem ser leite materno, além de pouca orientação a respeito de prevenção de doenças, além de superlotação, tornou-se verdadeiro foco de mortalidade infantil. “Entre 1861 e 1874 foram entregues 8.086 crianças, das quais 3.545 morreram” (Jurandir Freire Costa, 2004).

filhos. Dessa forma, foi atribuída importância à medicina, uma vez que as vulnerabilidades de saúde, doenças e mortes, tornaram-se problemas Estadais.

Assim, manuais e livros sobre condutas familiares e educacionais surgiram no Brasil (COSTA, 2004), incluindo orientações em procedimentos cotidianos. Essas orientações extrapolaram as questões de cuidado diário, chegando a sugestões de alterações na arquitetura de suas casas, até a normatização de práticas conjugais.

Os higienistas davam-se conta de que, sem alterar o direito do pai, não atenuariam a morte dos filhos. A família colonial era funesta à infância. Era preciso criar uma nova organização doméstica, onde a dissimetria de poder entre os cônjuges fosse extirpada. (COSTA, 2004, p. 169-170)

Novos saberes e intervenções, alteraram a configuração social da família: o pai, antes centralizador do poder colonial, deixou de ser o responsável unânime pela propriedade e sua manutenção, tornando-se, assim, um administrador e mantenedor financeiro.

A mãe colonial, antes ociosa, reclusa e cercada de escravas, começou a ser responsabilizada pela saúde e pelo bem-estar dos membros da família, o que incluiu também interações e adequações sociais necessárias. O urbano deixou de ser apenas domínio dos homens.

Dessa forma, os filhos começam a ter sua criação voltada para amar e servir à humanidade, à pátria, e não mais à terra da família. Um deslocamento, reconfiguração das artes de governo que, por necessidade de controle populacional, volta os interesses das famílias para o bem do Estado, do coletivo social.

Aliança proveitosa para duas partes. O médico, graças à mãe, derrota a hegemonia tenaz da medicina popular das comadres e, em compensação, concede à mulher burguesa, através da importância maior das funções maternas, um novo poder na esfera doméstica. A importância desta aliança parece, a partir do século XVIII, ser capaz de abalar a autoridade paterna. (DONZELOT, 1980, p. 25)

Filhos adultos, antes tratados com propriedade dos pais, começam estudar para ter profissões, tornar-se empregados de outras pessoas e instituições. A partir de um dado momento, prioriza-se o encaminhamento às escolas e

universidades, à formação e regulamentação de profissões, rompendo com um isolamento rural patriarcal, para ingressar às cidades.

Gradualmente, ressalta Gilberto Freire Costa (2004), o Estado agrário, aliado à higiene, desarticula a configuração da família colonial, atuando no remanejo de seu poder, impondo-lhe normas, novos hábitos, novos objetivos aos seus membros, inserindo-os nos interesses governamentais e nas transformações sociais.

A ação patriótica da higiene não era uma cópia-carbono da política. Não era um simples efeito de intromissão do político no científico. A ciência fazia parte da política. Era um dos seus momentos. Uma de suas estratégias específicas. Os médicos, conscientemente, punham à disposição dos governos o que sabiam e podiam fazer para levarem os indivíduos a compactuarem com a ordem estatal. (COSTA, 2004, p. 210)

A criança transforma-se em um investimento: a família aposta que ela se desenvolva e se prepare para o futuro, que ela tenha valor para a sociedade. “Ou seja, o simples tempo de criação, o simples tempo de afeto consagrado pelos pais a seus filhos, deve poder ser analisado em termos de investimento capaz de constituir um capital humano.” (FOUCAULT, 2008b, p. 315)

Essa valoração da idade infantil, coincide com um processo de desenvolvimento mercantil e manufatureiro, assim como com a intensificação e refinamento de procedimentos policiaescos, tanto pela família quanto pelo Estado, em torno desses indivíduos em desenvolvimento.

Hábitos cotidianos de cuidado e normas, como a restrição aos espaços de trânsito da infância apenas a lugares com monitoramento, começam a fazer parte da vida das crianças. Não se pode ir à rua sem ser acompanhado ou vigiado (DONZELOT, 1980), não se pode mais sair para outros locais que não sejam permitidos à criança.

O controle não se restringiu à limitação de espaços, mas à normalização de seu desenvolvimento físico, alimentar, higiênico. Logo começam a ser encaminhadas para equipamentos cada vez mais sofisticados de educação, assim como seus tempos e atividades passam a ser divididos e selecionados, para seu bom desenvolvimento.

Os relacionamentos se restringem, “nunca falem com estranhos” recomendam os adultos, para protegê-los. A criança aventureira é avisada com histórias de ameaças desconhecidas, contadas para detê-la, como a do “velho do saco”, “a bruxa de João e Maria”, personagens de um imaginário que se cria para a vida infantil.

Assim, desenvolveu-se todo um universo de tecnológico: de saberes, de recomendações, de serviços especializados (médicos, pedagógicos, etc.) que englobaram as famílias, capturando e moldando seus hábitos cotidianos.

Não somente o desenvolvimento das crianças tornou-se algo de extrema importância, como também a as práticas sexuais das famílias. Todo um discurso psicológico propondo a melhora de condutas insalubres, categorizando e controlando as práticas sexuais. Um exemplo clássico, é uma preocupação clara da psiquiatria em delimitar o que era ou não patológico nessas condutas.

O “patogênico” e “perigoso”, assim como o padrão “normal” de conduta, se estabeleceu de forma que, na relação médico-paciente, o médico seria aquele com poder e saber de referenciar os pacientes sobre suas vidas, orientando a práticas mais salutares e adequadas.

Dessa fora, Estado se apropria da questão da população ociosa, em risco de mortalidade, da mesma forma em que interesses econômicos da época voltam-se para a produção manufatureira e para a produção de massa trabalhadora.

Perante a necessidade de mão de obra para manufaturas e para o funcionamento dos mercados, crianças tornam-se também investimentos. Assim, aqueles que não cooperavam com as necessidades Estatais e econômicas tornaram-se alvo de intervenções, pois era preciso suprir as necessidades fabris e as escolas.

A civilização e educação consistiam em mudar os hábitos, a moral e os costumes, e o que mais fosse possível através da educação das infâncias. Nota-se uma grande propagação de instituições para educar e moldar, nesse período, mas cada infância era educada para futuramente ocupar seus ‘devidos’ lugares, resultando em dois projetos distintos de educação: as infâncias denominadas órfãs, desvalidas, expostas, ingênuas e libertas seriam educadas em instituições como as Colônias Orfanológicas, Asilos, Companhia de Aprendizes Marinheiro e

Casa dos Educandos Artífices, que tinham como finalidade evitar que se tornassem vadias, inúteis e perigosas à sociedade, ou seja, era preciso regenerá-las, civilizá-las e adequá-las. E a infância que seria herdeira da república, cuja educação ocorria nos jardins de infância, ou por professores estrangeiros também era moldada, mas de forma emancipatória. (PORTELA, 2011, p. 7)

Processos, saberes e procedimentos disciplinares se despontaram, aprimorando equipamentos como escolas, conventos, manicômios e prisões, no intuito de preparar, modelar e recuperar pessoas - propondo um padrão de normalidade, indicado e construído por profissionais qualificados.

Amplas tecnologias, técnicas como criação de rotinas, delimitações e formações de espaços e tempos, regras de obediências e organização de comandos: formas de captura e controle da vida.

Tudo isso sofre influência de processos de desenvolvimento mercantilista e manufatureiro, que se intensificaram com o fortalecimento burguês e o início da industrialização e seus métodos fordistas e tayloristas.

Em termos mais gerais, a escola aparecia como a melhor solução para todas as resistências individuais e coletivas às novas condições de vida e trabalho ou, ao menos, como a mais prudente e barata. (ENQUITA, 1989, p. 53)

A infância brasileira trouxe em si uma marca histórica de formas de tratamento que se reverberam até a atualidade. As grandes desigualdades sociais do país se demarcaram em muitas configurações das intervenções e formas de educação infantil ao longo dos momentos históricos e interesses estatais.

Constituíram-se, nesse processo, duas categorias de infância: crianças e adolescentes “*em perigo*” que requerem uma série de cuidados e tratamentos especiais, que devem ser protegidos cautelosamente; e os “*perigosos*”, associados potencialmente às ameaças à ordem pública.

Após a Proclamação da República (1889), no período de elaboração de uma Constituição Republicana, é promulgado, em 1890, o Código Penal dos

Estados Unidos do Brasil⁸, incluindo maiores de 9 anos e menores de 14 numa categoria de “*institucionalizáveis*”, de acordo com o julgamento do Juiz.

Coincidentemente, começam a despontar novos institutos específicos para educação e internação de adolescentes, com o principal interesse de separá-los das influências de “*criminosos*” adultos. Nesse momento, essa internação em especial surge como problema particular de segurança pública, foco de discussão que se inicia no final do século XIX.

Os menores abandonados não estavam inseridos em uma família estruturada e submetidos ao pátrio poder, portanto, ficavam à mercê da caridade alheia, das associações filantrópicas ou da repressão policial estipulada pelo código penal. (FERREIRA, 2008, p. 6)

O desafio estatal de encontrar soluções à busca de correção e adequação dessa infância a perfis de “normalidade”, tendo como referencial a família burguesa, faz com que sejam criados certos padrões disciplinares e comportamentais adequados à força de produção industrial, que estava em pleno desenvolvimento no país.

Quem não se enquadrava dentro do padrão de regra era “*vagabundo*”, “*menor abandonado*”, “*delinquente*”, uma série de terminologias que começou a ser utilizada para definir quem não colaborasse com um padrão familiar.

Durante o início do século XX, a infância tornou-se assunto de discussão de órgãos e congressos internacionais, constituindo-se como tema específico e diferenciado dos adultos, o que desencadeou que uma legislação específica a ela começasse a se despontar no âmbito nacional.

Lei nº 4.242, de 05 de janeiro de 1921, que fixava a “Despesa Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1921”, firmada pelo Presidente Epitácio Pessoa. Esta, em seu art. 3º, autorizava o Governo a organizar o “serviço

⁸ Estabelece o Código Penal de 1890 - Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890:

"Art. 27. Não são criminosos:

§ 1º. Os menores de 9 anos completos;

§ 2º. Os maiores de 9 e menores de 14, que obrarem sem discernimento;

Art. 30. Os maiores de 9 anos e menores de 14, que tiverem obrado com discernimento, serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, pelo tempo que ao juiz parecer, contanto que o recolhimento não exceda à idade de 17 anos." (SOARES, 2003)

de assistência e proteção à infância abandonada e delinquente”. (SOARES, 2003, p.1)

Essa lei foi o pontapé para uma evolução da legislação e instrumentalização assistencial voltada à infância. Em 1922, realizou-se o I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, e em 1923, através do Decreto nº 16.272/1923, foram criadas as primeiras normas de Assistência Social, visando à proteção dos menores abandonados.

Todas essas, foram premissas para a implementação do primeiro Código de Menores do Brasil, conhecido como Código Mello Mattos, de 12 de outubro de 1927, que trouxe várias inovações - dentre as quais pode-se destacar, primeiramente, a regulamentação e fiscalização do trabalho infantil e da tutela de crianças e adolescentes.

Em segundo lugar, a partir deste código, a “*prevenção*”, a investigação e, de certa forma, o assistencialismo às famílias aparecem o que conjuntamente autoriza que técnicos, principalmente médicos, assistentes sociais e juristas, sejam incluídos nos processos de avaliação e vigilância das vidas das crianças e adolescentes “*abandonados*”.

Ao mesmo tempo, essa nova legislação, permitiu que intervenções, fossem cada vez mais enfáticas. Segundo Moura (2005): “Uma simples suspeita, certa desconfiança, o biótipo ou a vestimenta de um jovem poderiam dar margem a que fosse arbitrariamente apreendido”. De acordo com Soares (2003), dessa forma a autoridade pública estava autorizada a fiscalizar e investigar qualquer local ou situação onde estivessem “menores” envolvidos.

As intervenções ocorriam àqueles denominados “abandonados” “pervertidos” ou “em perigo de ser”, o que ampliava a variedade de público. Além disso, apesar de menores de 14 anos serem submetidos a processos penais, as autoridades começam a instituir registros diversos, não só do “fato punível” ou ocorrência, mas da situação familiar, dos “estados físico, mental e moral do menor”, o que abre uma deixa à atuação e participação dos especialistas, nas decisões jurídicas.

Entretanto, tal código permitia que autoridades encaminhassem menores, quando em situação de violação da lei, para pessoas responsáveis, como pais,

parentes, tutores ou pessoas dispostas a esse papel. Também era possível junto a um responsável legal, o qual deveria zelar pelo adolescente e, sempre que requisitado, deveria produzir relatório sobre a situação deste.

Em último caso, havia a opção de encaminhamento a equipamentos “*de correção*”, “*reabilitação*” ou educacionais, (na falta destas, até a prisões comuns com propostas educacionais).

Nota-se, portanto que, o código de menores trouxe não só a inovação da criação de uma legislação específica na resolução de questões em torno da infância e adolescência, mas também contribuiu para evolução de tecnologias de cuidado e proteção.

Dentro dessas tecnologias, também pode-se incluir as categorizações de menores de acordo com sua atuação nas ruas; a intensificação da atuação policial nas ruas e nas casas; os encaminhamentos às instituições ditas asilares; a inclusão de saberes técnicos da área de saúde mental, assistência social e educação em ações de acompanhamento das famílias e decisões jurídicas; a produção de registros específicos a cada família; e, finalmente, a inovação da penalidade de “*liberdade vigiada*”.

4.2. **Do SAM à Democratização**

Em 1940, no Estado Novo de Getúlio Vargas, segundo aponta Moura (2005), algumas alterações aconteceram: o decreto-lei 2014/40, que criou o Departamento Nacional da Criança, estabeleceu proteção à maternidade, infância e adolescência; o decreto-lei 2848/40, que estabeleceu inimizabilidade aos menores de 18 anos.

Em 1941, foi criado o SAM, Serviço de Assistência ao Menor, subordinado ao Ministério da Justiça, que centralizou a administração da internação de menores, assim como os acompanhamentos médicos e psicopedagógicos dos internos. Também se responsabilizou por sistematizar, orientar e fiscalizar educandários, além de estudar e promover pesquisas sobre o abandono e da menoridade.

O SAM manteve o modelo utilizado, desde a década de 1920, pelos Juízos de Menores, atendendo os “menores abandonados” e “desvalidos”, através do encaminhamento às

poucas instituições oficiais existentes e às instituições particulares, que estabeleciam convênios com o governo. (RIZZINI, 2009, p. 25-26)

Dois anos depois, em 1943, o decreto-lei 6026/43 regulamentou novamente a internação de menores de 18 e maiores de 14 anos por práticas de atos infracionais, mas aplicou, respeitando o código penal, o conceito de “periculosidade” do jovem infrator. Assim, “perigo” tornou-se critério para a justiça avaliar se seria ou não internado e se permaneceria ou não em instituição.

Em 1979, o código de menores foi reformulado, a Lei federal 6.697/79, que trazia a definição “menor em situação irregular”. Delimitada no art.2º, trazia um grande leque de possibilidades incluindo sob mesmo nome: abandono, maus tratos, falta subsistência, castigos imoderados pelos responsáveis, perigo moral, desvio de conduta, falta de adaptação à situação familiar e comunitária, até ato infracional.

O período de regime totalitário marcou-se pela criação de “perfil” de periculosidade, o que propiciou, “pela segurança nacional”, prisões e marginalizações diversas e arbitrárias, inclusive sob o pretexto de prevenção.

Esse “*perfil*”, associado à “*prevenção de ameaças*”, colaborou para que muitos adolescentes fossem apreendidos sem inquérito legal, sem quaisquer direitos garantidos. Isso tornou instituições como as FEBEM alternativa de boa educação aos pobres (o que fazia parte da propaganda governamental) sendo, ao mesmo tempo, uma instituição em formato de prisão, na qual várias violências contra os direitos humanos foram e continuaram sendo denunciadas.

O recente Mapeamento Nacional da Situação do Atendimento dos Adolescentes em Cumprimento de Medidas socioeducativas (IPEA; DCASEDH e UNICEF, 2003) verificou que, com relação às unidades, embora se registrem alguns progressos, com a construção de unidades mais compatíveis com o que se espera pelo ECA, e, em alguns estados já venha ocorrendo a descentralização das mesmas, ainda ocorrem inúmeros problemas, como instituições ainda concebidas nos padrões do antigo Sistema FEBEM, tais como: superlotação, maus tratos, tortura e falta de capacitação dos recursos humanos. Existem ainda casos extremos de violência em diversas unidades, culminando com rebeliões e mortes de adolescentes. (SILVA, 2008, p. 183)

Concomitantemente aos abusos indiscriminados que aconteceram no período de democratização, na década de 80, o direito internacional apresentou inúmeros avanços em relação à proteção de crianças e adolescentes. Disso resultou, em 1988, com a Constituição, a inauguração da “doutrina de proteção integral”, ou seja, crianças e adolescentes deixam de ser tratados somente como objeto de intervenção e são declarados, pelo menos por lei, sujeitos de direitos, responsabilidade do Estado em parceria com a família.

[...] o sujeito de direito é por definição um sujeito que aceita a negatividade, que aceita a renúncia a si mesmo, que aceita, de certo modo, cindir-se e ser, num certo nível detentor de um certo número de direitos naturais e imediatos e, em outro nível, aquele que aceita o princípio de renunciar a eles e vai com isso se constituir como um outro sujeito de direito superposto ao primeiro. A divisão do sujeito a existência de uma transcendência do segundo sujeito em relação ao primeiro sujeito, uma relação de negatividade, de renúncia, de limitação entre um e outro, é isso que vai caracterizar a dialética ou a mecânica do sujeito de direito, e é aí, nesse movimento, que emergem lei e proibição. (FOUCAULT, 2008b, p. 374)

Ser sujeito de direitos é ser incluso como cidadão no âmbito estatal e jurídico. Ao mesmo tempo em que se deve aceitar que a lei proíbe, também propicia que se possa questionar o Estado. Ao se instituir seus direitos, crianças e adolescentes ganham respaldo jurídico para poder questionar tratamentos e atendimentos que recebem pelos equipamentos públicos, assim como reivindicar proteções e direitos básicos.

A inovação democrática na legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente⁹, vulgo ECRID ou ECA, em que crianças (até 12 anos de idade) e adolescentes (de 12 a 18 anos) possuem “*proteção integral*”, foi a determinação que é dever de toda a sociedade a garantia de seus direitos.

[...] aparece nos estudos de Foucault o projeto de explicar a gênese do estado a partir das práticas de governo que têm na população seu objeto, na economia seu saber mais importante e nos dispositivos de segurança seus mecanismos mais básicos. Essa emergência de uma ‘governamentalidade’ política moderna, ou de uma racionalidade própria da arte moderna de governar, se manifesta através da doutrina da ‘razão de Estado’, de uma nova razão governamental no sentido de um governo

⁹ LEI 8.069/1990 (LEI ORDINÁRIA) 13/07/1990

racional capaz de conhecer e aumentar a potência de Estado.
(MACHADO, 2012, p. 31)

Através dessas inovações textuais, na intenção de garantir direitos, o Estado atinge seu objetivo, que é aumentar seu alcance utilizando de estratégias de administração populacional, sofisticando técnicas disciplinares, criando tecnologias e discursos elaborados com o intuito de intervenção biopolítica.

Biopolítica designa, pois, essa entrada do corpo e da vida bem como de seus mecanismos, no domínio dos cálculos explícitos do poder, fazendo do poder-saber um agente de transformação da vida humana. (PELBART, 2009 p. 24)

Assim, não é ao acaso que as famílias sejam focos de intervenção Estatal. Primeiramente, é considerada cuidadora e formadora dos indivíduos, e atua como equipamento: educa, ensina rotinas, impõe limites, hábitos e costumes, cuida da saúde, da higiene, todo um trabalho ordenado com o intuito de preparar para o sucesso social, para a escola, para a fábrica, para a universidade, para o emprego, etc.

Ao mesmo tempo, é segmento estratégico de vigilância estatal, pois se cria um registro e uma referência de núcleo de pessoas vinculadas biologicamente ou não.

Conclui-se, a partir disto, que tanto a infância quanto a família encontram-se diretamente vinculadas às biopolíticas do exercício governamental. No caso da Assistência Social, a Política Nacional de Assistência (2004) logo estabelece como diretriz de execução: “*Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.*” (BRASIL, 2004, p. 33).

[...] a família aparece como aquela que não é capaz de cuidar de seus filhos. As mães eram normalmente denegridas como prostitutas e os pais como alcoólatras – ambos viciosos, avessos ao trabalho, incapazes de exercer boa influência (moral) sobre os filhos e, portanto, culpados pelos problemas dos filhos (os “menores”) [...] (RIZZINI, 2009, p. 24)

Nessa área, da mesma forma que a família patriarcal sofreu críticas, hoje a família “*vulnerável*” e “*em risco social*” é alvo de saberes e intervenções. Discursos estabelecendo uma necessidade de “*ajuda*” ou “*auxílio*” estatal e/ou

filantrópico, assim como a criação de equipamentos específicos de intervenção, fervilham no Brasil de hoje.

“O apoio da família também, que às vezes também não está prescrito não na medida, mas a família como é a base de tudo, não tem como se desvincular disso, então, quando os pais não estão presentes ou o responsável, é muito mais complicado trabalhar com o adolescente, porque só vai a partir dele mesmo...” (Grupo, 11/2013)

Ao se falar de atuação em Liberdade Assistida, é importante se perguntar, então: até que ponto um modelo moral-burguês-higienista tem influenciado as intervenções dos atendimentos? Como o referencial de modelos superados de família e de “delinquência” impedem que se visualizem e se escutem outras configurações de vida e possibilidades de atuação que se apresentam para esse campo?

5. O que dizem os silêncios em Liberdade Assistida?

Silêncios em Liberdade Assistida, amplitude que repetidamente se coloca, pois situa o ponto de reflexão necessário à cooperação, responsabilização. Podem ser muitas coisas, talvez outros significados, como uma pausa para respirar, falta de palavras para definir o que se sente, para poder se situar perante a vida, a responsabilidade social.

“Então, em muitos momentos ali mostra muita coisa, em outros, para mim a maior dificuldade é o adolescente ficar calado.”
(Entrevista, 11/2013)

O silêncio que se apresenta nessa fala, é descrito por quem recebe, alguém que se encontra no desafio de empreender um trabalho de Socioeducação. O recebe entre prazos, cobranças, exigências de trabalho.

Incumbidos de realizar atendimentos e acompanhamentos de medidas socioeducativas: encontram dificuldades nesses silêncios, impedimentos ao andamento do trabalho. Enquanto informações precisam ser coletadas e devidamente registradas, prazos cobram urgência. Complexos formulários a serem preenchidos, meticulosamente pré-elaborados, de acordo com orientações técnicas e leis.¹⁰

O inquérito é uma forma de saber-poder. É a análise destas formas que nos deve conduzir a análise mais estrita das relações entre conflitos de conhecimento e as determinações econômico-políticas. (FOUCAULT, 2011, p. 78)

Formulários, os quais, servem de base para elaboração de posteriores relatórios. Para isso, as mais diversas perguntas precisam ser respondidas. Quem ele é (qual e como é a família)? Onde ele mora (endereço formal e informal)? Qual o telefone (fixo, celular, da mãe, da vizinha, do irmão)? O que ele fez (que o enquadra na violação da lei)? Onde e com quem ele estava (no

¹⁰ Em Liberdade Assistida e medidas socioeducativas, está previsto por lei que se faça um Plano Individual de Atendimento (PIA). No Creas, o formulário do PIA, foi cuidadosamente elaborado para coleta das informações necessárias e para as estratégias de responsabilização das famílias. O PIA não só possui, em seus campos de preenchimento, detalhes sobre a moradia e condições de vida do adolescente e sua família, como também possui espaços para registros dos encaminhamentos acordados com prazos, obrigatoriamente assinados, por adolescentes e responsáveis.

que está envolvido)? Qual é histórico familiar (quem é quem dentro em sua família)?

No caso da Liberdade Assistida, no Creas, várias redes que estão envolvidas e necessitam de informações precisas: o sistema de garantias de direitos das crianças e dos adolescentes, a rede de proteção a crianças e adolescentes, o sistema de atendimento socioeducativo e a proteção especial da Assistência Social.

Ao chegar ao Creas, para o cumprimento de medida socioeducativa, uma pasta de informações do processo já foi aberta na Vara da Infância e Adolescência. Chegam por encaminhamento, para que sejam agendados atendimentos com psicólogos e assistentes sociais (“dupla de referência”). Profissionais que requisitam presença, propõem intervenções, encaminhamentos e prazos.

Num acompanhamento psicossocial, pressupõe-se que as famílias compareçam e participem das propostas de Estado. Com a ajuda de profissionais, podem indagar-se sobre laços e vínculos com seus filhos e familiares, sobre questões para aprimoramento da educação.

“Com as mães [no grupo de responsáveis pelos adolescentes de Liberdade Assistida] a dificuldade talvez seja um pouco, colocar nelas, as fazer entender que elas têm ainda a questão legal, de acompanhar esse adolescente na medida, que eles ainda são supervisionados, elas ainda são responsáveis legais por eles. E também a importância dele ver [que a mãe participa], isso faz diferença, que a mãe ou o pai, ou seja, lá quem for o responsável, a avó, a irmã, faz diferença, você ver que tem alguém ali responsável junto.” (Entrevista, 11/2013)

“A família a gente tenta trabalhar também no fortalecimento de vínculos, que muitas vezes está fragilizado... Falando... ‘como vocês podem se resolver, se reorganizar, para fazer que esse adolescente saia do ato infracional?’ Como é que a família pode se envolver nisso?” (Entrevista, 11/2013)

“A gente tem tipos diferentes de famílias, tem famílias que são bem... Não digo nem humilde porque humildade não está muito

ligada à questão financeira, né. Mas que têm uma condição bem precária, mas que consegue estar presente nas questões de afetividade, da educação dos valores... E já outras, que tem uma situaçãozinha financeira melhor, mas que foi criada à própria sorte mesmo.” (Entrevista, 11/2013; grifo nosso)

Diante disso, é importante pontuar que o trabalho deve ser direcionado para que direitos e deveres andem juntos para todos os envolvidos. Trabalhar no sentido de promover a responsabilização do adolescente por seus atos, perante o risco que decidiu correr perante sistema jurídico e sociedade, isso é fundamental no processo de reconhecimento e construção de cidadania.

“Umas [mães] já chegam aqui no começo envergonhadas, com a questão do filho ter cometido o ato infracional, mas participam, acompanham, entendem que tem um papel fundamental. Já outras, a gente tem até a dificuldade de vir aqui assinar um termo de compromisso.” (Grupo, 11/2013)

Tudo isso, remete a um campo de tensões. Colocado entre a proposta governamental estruturada, e as particularidades apresentadas por cada situação de atendimento.

“Então, num primeiro contato eu percebo que eles não têm uma abertura ao nosso acolhimento, então muitas vezes, isso não surte tanto efeito... É a impressão que passa quando eu vejo o adolescente pela primeira vez, ou quando eu o acolho pela primeira vez na vara.” (Entrevista, 11/2013)

Talvez seja mais relevante indagar: Como tornar intervenções em conflitos familiares, algo temporalmente quantificado? Como cumprir metas de se fortalecer vínculos, de voltar a escola, de conseguir empregabilidade, ressocialização, no prazo prescrito para que seja realizado?

“Eu acho que o primeiro momento, quando eles chegam, é bem hostil. Eles não te olham no rosto, você pergunta, uns não querem te responder, não dá para saber muito o que passa. Não sei se é timidez, eu não sei se é ‘poxa, o que eu estou fazendo aqui?’ porque a medida socioeducativa é obrigatória. Então, nesse primeiro momento o diálogo é bem difícil com alguns deles.” (Entrevista, 11/2013)

Compreender a importância da responsabilidade, do exercício de cidadania, é essencial nesse processo para iniciar diálogos, necessários aos andamentos do trabalho.

“Ele é encaminhado, através de um estagiário de direito, através até do próprio promotor, até a sala. Chega lá, ele é apresentado para nós: ‘aqui, fulano, recebeu uma LA’. E aí, a gente pede para entrar. Eu deixo eles muito à vontade, cumprimentando, explicando, me apresentando. (Entrevista, 11/2013)

O que insurge entre silêncios são indicações de que talvez a consciência da responsabilidade, de cidadania, explicada sempre, precisa ser reafirmada. Uma vez que, cometer um ato infracional, “[...] isto significa que o dano não é somente uma ofensa de um indivíduo a outro, mas também a ofensa de um indivíduo ao Estado”. (FOUCAULT, 2011, p. 66).

“O objetivo nosso é acolher ele e tentar orientar e trazer outras possibilidades para o cotidiano. Para que ele rompa com aquele ato infracional e não faça mais algo ilícito. A gente trabalha muito nessa perspectiva mesmo, de fazer essa reflexão, para que ele encontre no Creas possibilidades para não cometer outro ato infracional. Acho que o objetivo da medida socioeducativa é esse.” (Entrevista, 11/2013)

“Então é uma carga que eu não tomo pra mim. Eu coloco na minha cabeça também que há uma possibilidade, porque houve uma conversa, houve um diálogo, e ele se abriu pra mim, então o diálogo foi o meu limite, foi uma coisa ótima, foi um produto. Foi influência.” (Grupo, 11/2013)

“Porque ao mesmo tempo em que eu me sinto confiante, no sentido de ver que tem muitas pessoas que estão se envolvendo com isso, para fazer o serviço melhorar, para pensar novas estratégias... Como te falei, tá tudo muito ainda engatinhando. Tem pouco conhecimento, pouca produção, sobre isso.” (Grupo, 11/2013)

Profissionais apostam em diálogos, atendimento, orientações, buscas-ativas, visitas domiciliares, praticam metodologias e discursos para a realização adequada da medida socioeducativa.

“O primeiro passo é cativar o adolescente, **mostrar para ele que existem outras possibilidades, outras perspectivas de vida.**” (Entrevista, 11/2013; grifo nosso)

“Eles têm todo um histórico também de violações de direitos, eles **entenderem o que são direitos e deveres**, eu acho que tudo isso é importante dentro da medida socioeducativa. Sem a gente perder também a **questão da responsabilização.**” (Entrevista, 11/2013; grifo nosso)

“Porque eu acho também que a medida em meio aberto, ela fica também muito nessa questão do pedagógico, do socioeducativo, mas eu acho que também a gente tem que frisar na questão da responsabilização. Ele tem que entender que **ele está aqui, por todo um contexto familiar, sociocultural, tudo isso.** Mas **também porque ele transgrediu uma lei.** Cometeu um ato infracional.” (Entrevista, 11/2013; grifo nosso)

“Ele está em outro contexto, ele tem outro pensamento, então, às vezes parece que até você está querendo impor. Mas como a gente trabalha com leis, com regras eu tenho que ir por essa via, mas eu **tento trabalhar essa questão do respeito ao próximo, sem colocar nada de religião, nada muito de moral, porque eu acho que cada um tem a sua. Mas colocar a ética mesmo, eu acho que a ética, é uma só, de não fazer com o outro o que ele queria que não fizesse com ele.** Coisas bem básicas mesmo.” (Entrevista, 11/2013; grifo nosso)

O exercício incessante e adequado da ética, associada a leis e orientações técnicas, no sentido de promover reflexões relevantes, por todos os envolvidos nesse processo, é de extrema importância, na promoção a responsabilização e consolidação de limites de atuação.

É importantíssimo perceber que cada técnico, cada equipamento, tem sua responsabilidade, seu âmbito e seus limites. Entre o proposto e o que se consegue, técnicos do Creas (e de vários outros serviços públicos) buscam

equilibrar-se, usando o máximo de suas criatividadeas na promoção de vínculos e discussões produtivas.

“A gente explica também o que é o Creas e que aqui a gente também atende outras demandas, faz inserção nas oficinas, faz elaboração do PIA e realiza os encaminhamentos né... Esse é um primeiro momento.” (Entrevista, 11/2013)

“Mas nem sempre o adolescente pode ir de acordo com o que é aptidão dele. Porque existem essas questões dos conflitos de território. Então, às vezes, uma oficina que ele tenha escolhido e que ele tenha uma proximidade maior, uma aptidão, uma identificação, ele não pode fazer, por que tem um colega de outro bairro, que vai trazer esse conflito.” (Entrevista, 11/2013)

“Aí, no dia a dia, a gente vem acompanhando esse adolescente, a gente tem um momento que é da questão da burocracia, que é preencher os formulários, porque aquilo ali também te permite conhecer um pouco mais do histórico de vida do adolescente, compreender essa realidade que ele vive. Nesse momento ele vai soltando, de pouquinho em pouquinho, que geralmente eles sempre são acompanhados do responsável, nesse primeiro atendimento, que é onde você pergunta o histórico, a configuração familiar, você percebe de onde esse adolescente veio, você começa a compreender um pouco o motivo pelo qual ele se inseriu num ato infracional.” (Entrevista, 11/2013)

“Aí num primeiro atendimento é uma questão meio burocrática, aí você oferece as oficinas que tem no programa para ele.” (Entrevista, 11/2013)

“Seja numa música, seja na arte, seja a questão do esporte, que são as vertentes que a gente trabalha hoje no serviço, então, dentro disso, ele se identificando com um, a gente dá essa possibilidade.” (Entrevista, 11/2013)

“Inserindo no espaço, eu, junto com a minha dupla a gente tenta mostrar o espaço para o adolescente, o que é, onde a gente explica a metodologia do trabalho, os atendimentos psicossociais, os atendimentos em família, a participação nas oficinas, as regras de convivência no espaço, depois eu acredito

que isso é reforçado, dentro das oficinas, a gente apresenta o educador de referência, apresenta o oficineiro... Então assim, a gente tenta explicar ao máximo para que o adolescente se reconheça naquele espaço.” (Entrevista, 11/2013)

Pelo que se percebe é que cada usuário, cada família traz particularidades e questões que precisam ser trabalhadas e relatadas, desafios num trabalho com Liberdade Assistida.

“Com a guia de execução, vem constando, o que ele fez, qual o dia da audiência dele, vai ter os documentos dele, o número direitinho do processo. Logo depois disso a gente tem que fazer o PIA. Que na verdade eles falam que a gente tem 15 dias após o acolhimento para fazer o PIA. Só que muitas vezes... A maioria vem no primeiro atendimento, só que não conseguimos nesse, trabalhar todas as questões do PIA, pois esse tem saúde, escolarização, composição familiar, histórico familiar, situação ocupacional, documentação, cursos profissionalizantes e o que vai ser dado de encaminhamento para eles e o que eles vão fazer aqui no Creas durante o cumprimento, como oficinas, grupos.” (Entrevista, 11/2013)

“Pra cada adolescente, se cumpre um ano, aí tem que mandar o PIA em 15 dias, tem que mandar o relatório informando como está [o andamento da medida] e depois no final da medida um relatório final. E quando tem intercorrência: foi preso, foi... Morreu também... Às vezes acontece...” (Entrevista, 11/2013)

As metodologias prescritas incluem cadastros, relatórios (prescritos e requisitados), relatórios para a prefeitura e ONGs (quantitativos e qualitativos), relatórios para os outros serviços estatais, relatos de atendimento em prontuários, entre outros necessários ou requisitados.

“A gente gasta muito tempo fazendo relatório” (Entrevista, 11/2013)

Relatórios precisam de tempo e cautela. São modos de descrever e localizar a população atendida, de acompanhamento, de avaliação, de validação de decisões, trazem em si dados importantes dos usuários e do serviço realizado, os quais estão atrelados ao campo jurídico e às decisões judiciais.

Palavras com poder de verdade. Poder minucioso e perigoso. Por isso, é importante sempre lutar pela consciência de seus significados, pois as palavras, se imprudentes, têm consequências, possuem o poder de influenciar vidas, de pessoas, famílias, redes, da sociedade. Não se sabe quem as interpreta.

Realidades e relatos, exercícios éticos cotidianos. Registros que exigem minúcias, com valor de verdade. Uma vez impressas, não se sabe quais destinos podem ganhar as palavras.

“Eu coloquei aqui entendimento, entendimento do que é a vida, entendimento do que pode ser feito, às vezes eles vêm pra cá e não sabem o que está acontecendo. ‘Por que que é essa palhaçada aqui?’, né, eles falam. **Eles não entendem porque que eles sofrem essa medida, tudo pra eles é um sofrimento.** É uma gestão na vida deles. Eu vejo muito essa falta de comunicação entre eles, entre a gente, entre todo o sistema.”
(Entrevista, 11/2013; grifo nosso)

Na intenção de intervir em vidas, de ouvir demandas e dificuldades das famílias, é preciso que se estabeleçam vínculos, conversas, discussões e parcerias. Lidar com pessoas é lidar com vidas, com limites. Entretanto, ao mesmo tempo, são exigidos relatos precisos. A contratação exige produção: uma eficiência que se apropria da criatividade na elaboração de estratégias. Pressões que geram silêncios, pois muito precisa trabalhado no sentido de promover reflexões para responsabilização e resultados esperados.

E se mudou a vida nesse sentido quer dizer que mudou o pensamento. Com relação ao ato infracional. (Entrevista, 11/2013)

Têm uns que gostam tanto que acaba o prazo da medida, eles não querem, eles pedem para continuar a vir. (Entrevista, 11/2013)

Entendeu que isso não é vida, mas eu acho que ele partiu para uma vida melhor de tanta angústia, de tanta dor que ele sentia. (Entrevista, 11/2013)

Não é à toa que os adolescentes chegam calados. Talvez o silêncio evidencie que, numa medida socioeducativa, exista realmente uma escuta restrita para assuntos e questões presentes em suas vidas.

“Que seja com PIA, relatório, falando de descumprimento e cumprimento. Isso não é muito bem visto às vezes.” (Entrevista, 11/2013)

“Mas é bem interessante, os que aderem, eles aprendem muita coisa, pelas oficinas também, eu acho positivo. Alguns vêm porque gostam também, então isso é bom.” (Entrevista, 11/2013)

Entretanto, é importante considerar que entre os silêncios e escutas, trocas acontecem. Outros assuntos, outros diálogos, outros efeitos de vida viáveis, no Creas, em Liberdade Assistida, na Assistência Social.

“No início eu ficava muito frustrada, assim como ela falou, eu levava as coisas nas minhas costas, levava muito, ficava pensando quando ia pra casa, no ônibus, preocupada, às vezes acontecia assim comigo. Aí com o tempo eu comecei a pensar de outra forma, comecei a falar: assim, não... Tem coisas que é além de mim, que eu não posso fazer, além disso, então eu tenho que pensar o seguinte, eu tenho que ver se eu consigo fazer a minha parte. **A minha parte foi feita? Então agora eu já consigo botar a cabeça no travesseiro e dormir tranquila.** (Entrevista, 11/2013; grifo nosso)

“O oficineiro ele trabalha, mas não pra... bom, meu entendimento... minha oficina. Eu não tento mostrar para eles o que é errado e que eles estão aqui fazendo uma medida, que droga é isso, aquilo, não. **Eu tento mostrar para ele que há uma possibilidade.**” (Entrevista, 11/2013; grifo nosso)

“E aí, ele estava lá, o bobão da história né, o café com leite que acabou entrando no bolo ali. Esse menino, às vezes, **aquilo ali aconteceu às vezes para dar um sentido na vida dele** também. E aí vocês acabam vendo assim que eles vão progredindo aqui dentro.” (Técnico do Creas - entrevista, 11/2013; grifo nosso)

“E aí esses casos assim, a gente acaba achando, assim, que a gente vai dar em nada, mas acaba sendo produtivo, o menino aprende muita coisa. E apreende realmente.” (Entrevista, 11/2013; grifo nosso)

“Aí a **gente fica, muitas vezes fechado, pensando só no que não dá certo né.** E a gente tem muitos casos assim, apesar de... não são tantos números comparados aos que não deram certo. Mas a gente tem caso de sucesso sim, que a gente pode parar e falar, cara, esse menino aí...a gente nem... **No início meio assim, a gente desacreditada, depois que você vê como o menino evoluiu e você vê assim. Cara, ele estava realmente com um desejo de mudança e quando a pessoa tem esse desejo, ela consegue.**” (Entrevista, 11/2013, grifo nosso)

Talvez esses silêncios apontem não só para o questionamento dos embates entre interesses estatais de vigilância e esses adolescentes, talvez apontem para a vontade de produzir outros discursos e outras relações em Liberdade Assistida.

5.1. **Como sobreviver em emaranhados da Liberdade Assistida?**

“Ainda bem que a gente está chocada, o dia que a gente se acostumar, a gente não serve mais para trabalhar aqui.” (Entrevista, 11/2013)

“A gente tem que não se acostumar. Mas sim se sensibilizar sempre.” (Entrevista, 11/2013)

Há um embate constante de forças se coloca entre um Estado que limita, formata as propostas, intervenções e lutas por promover possibilidades de vida em suas diferenças.

“Então são dois sentimentos mesmo. Frustração, mais o que a gente consegue fazer, que são as pequenas coisas, as pequenas mudanças, não sei, na rotina, no pensamento do adolescente. A gente já ganha o dia ou ganha né, tem mais esperança assim da mudança.” (Grupo, 11/2013)

Ao mesmo tempo, ao se considerar as governamentalidades em Liberdade Assistida, percebendo-as e localizando-as, questionando-as, começa a ser possível fortalecer o vislumbrar as relações que nesse campo se colocam, sob outras perspectivas.

No dia-a-dia de Liberdade Assistida, sem que percebam, técnicos se apropriam do que lhes está proposto e colocado, subvertem em outras ações possíveis, formando conexões com práticas e discursos que permitam alguns escapes às intenções exclusivamente prisionais, carcerárias, e promovam vislumbrar propostas para inserção comunitária.

“Então é uma carga que eu não tomo pra mim. Eu coloco na minha cabeça também que há uma possibilidade, porque houve uma conversa, houve um diálogo, e ele se abriu pra mim, então o diálogo foi o meu limite, foi uma coisa ótima, foi um produto. Foi influência.” (Grupo, 11/2013)

“Porque ao mesmo tempo em que eu me sinto confiante, no sentido de ver que tem muitas pessoas que estão se envolvendo com isso, para fazer o serviço melhorar, para pensar novas estratégias... Como te falei, tá tudo muito ainda engatinhando.

Tem pouco conhecimento, pouca produção, sobre isso.” (Grupo, 11/2013)

“As crianças que vêm aqui, os adolescentes que vêm aqui, eles precisam de uma “janela”, entendeu? Então eu acho muito bonito o trabalho de mostrar essa janela.” (Entrevista, 11/2013)

“Eu acho um trabalho muito desafiador. Isso eu me identifiquei muito. Porque, além de um crescimento, é um desafio de vida. É uma coisa que motiva, é uma coisa que me agita. Eu sou agitada, então eu gosto. Eu gosto pensar. (Entrevista, 11/2013)

“Esse encontro vale muito pela identificação que eu tenho, é um trabalho que eu gosto de fazer, é sofrido às vezes porque é mal remunerado, não é valorizado pela sociedade, as pessoas têm muito preconceito, as pessoas acham que a gente está enxugando gelo, que a gente está aqui, tia boazinha passando a mão na cabeça dos meninos. Eu consigo ver o trabalho como uma coisa grande, eu acho que a gente tem que estar sempre estudando, conhecendo, acho que ainda tem pouco estudo sobre isso, as pessoas precisam estudar melhor sobre a medida socioeducativa, sobre a questão da adolescência, sobre essa coisa do tráfico, que é o que para mim é o que eu menos consigo entender, vale mais que a vida deles, eles têm uma ideologia muito forte, então para mim é importante esse encontro de saber, que talvez, você esteja causando uma mudança positiva na vida de alguém.” (Entrevista, 11/2013)

“Acabam abarcando coisas que ele ainda não conhecia e absorver essas coisas que a gente traz de novo pra ele, e fazer bom uso disso, é muito gratificante.” (Entrevista, 11/2013)

“Às vezes o sentimento que me vem é que é difícil, tem as dificuldades, mas mesmo assim com as barreiras das dificuldades eu acho que é legal ter dificuldade porque enquanto profissional eu acho que desafia a gente a buscar mais, buscar o melhor, buscar todo dia uma coisa nova. Acho que disso a gente tira algo de positivo das dificuldades, e uma coisa que gente nunca pode deixar de fazer é acreditar, né? Porque se a gente não acreditar e não fizer diferença nosso trabalho não tem

sentido, então acho que isso é fundamental. Para quando se fala em medida socioeducativa, não só medida socioeducativa, situação de rua **é acreditar, sempre que o menino é capaz de mudar, porque senão, a gente não faz nada, a gente fica parado, sem nenhum movimento.** Eu acho que algo principal, essencial no nosso trabalho é acreditar sempre.” (Entrevista, 11/2013)

Portanto, percebe-se que Liberdade Assistida, dentro do que se prescreve, pode acontecer em discussões de assuntos diversos, em grupos e oficinas, em troca de cumprimentos, afetos, gentilezas que espontaneamente surgem dentro das relações de trabalho. Na criação de possíveis relações de apoio, perante as dificuldades e vulnerabilidades da vida. Propostas de cooperação.

Percebe-se que ali, também se pode criar tempos e espaços para escutar e trocar histórias, reuniões ao ar livre, passeios, momentos de escutar música, cantar, dançar, inventar propostas de oficinas, conhecer projetos sociais. Come-se brigadeiro (bolo, cachorro quente), organiza-se festas (junina, natal, aniversários) confeccionam-se bandeirolas, montam-se árvore de natal.

Propõe-se vivenciar bem estar **com o outro**, num exercício ético de cidadania, a partir do qual se pode fazer colegas, amigos, trocar presentes, confeccionar cadernos de receitas com mães e avós, inventando sempre piadas e risadas, encontrar-se com outras redes e pessoas que favoreçam o desejo de mudar, de vislumbrar outras opções para desenvolvimento e crescimento na vida.

Adolescentes cumprindo Liberdade Assistida, precisam aprender a vislumbrar esse crescimento, reconhecer as responsabilidades de suas opções e dessa forma, poder se encontrar na rua, nos limites estipulados pelo juiz. É possível marcar e jogar futebol na pracinha, trocar desaforos, gentilezas, grosserias de forma a reconhecer e pedir desculpas civilizadamente.

Marcar encontros em outros espaços e momentos que agreguem para seu crescimento e desenvolvimento, para a ampliação de pontos de vista produtivos. Inventar apelidos, fazer artesanato, passear, visitar museus e exposições, participar de eventos culturais, ações da comunidade, relacionar-se com sua família, assumir e participar da vida de seus filhos para auxiliá-los em direção a

um futuro. Conhecer bairros, ruas, vielas, casas, perceber que existem várias formas de se viver, e sobreviver.

Uma medida socioeducativa também abarca uma infinidade de verbos que não são pensados ou propostos. Não ganham relevância, mas produzem tempos e espaços nos quais não se esperam resultados “positivos” ou “negativos” muito menos se avalia quem pode ser “delinquente”, “bandido”, “violento”. Mas que possibilitam que, entre os silêncios, seja possível sensibilizar para outros modos de se relacionar com as pessoas e com a vida. São verbos de convivência. Talvez essa seja a pista para que propostas sejam construídas.

Conclusão (que pode ser um início)

Em sua primeira proposta, este trabalho não teve a pretensão de fazer uma única pergunta a ser respondida ou buscar soluções para todos os inúmeros problemas vislumbrados no campo da Liberdade Assistida. Muito pelo contrário, o que se intencionava, era dar visibilidade às questões que povoam a Liberdade Assistida e a Assistência Social, ampliar o foco, para depois delimitá-lo.

De forma a explicitar isso, a primeira estratégia utilizada foi buscar problematizar os usos históricos de conceitos de infância, adolescência e família, buscando analisá-los sob a ótica das correlações de poder e buscando situá-los entre as governamentalidades.

Dessa forma, vislumbrou-se diferentes formas de produção das relações entre técnicos estatais e público alvo da assistência social. Vislumbrou-se como tais relações são perpassadas por governamentalidades e como atuam de forma a administrar contingentes populacionais.

De certa forma, também se percebeu como encontros e trocas entre adolescentes e técnicos sofrem com procedimentos e cobranças, dentre os quais se destacam os da assistência social e do sistema jurídico que limitam e fatigam os contatos, olhares e percepções das experiências, assim como dificultam momentos para analisar o que se vive e que saberes podem estar sendo produzidos.

A estratégia escolhida perante tal constatação foi buscar fortalecer as vozes e relatos ouvidos no campo. Sem a pretensão dar conta de todos os emaranhados de questões apresentadas, buscou-se dar visibilidade, levantá-las e afirmá-las como necessárias ao processo de construção ética em Liberdade Assistida.

Além disso, afirma-se que saberes sobre o campo estão disponíveis, clamando por escuta, por rupturas com formas de funcionamento segundo interesses de Estado. Esses trazem questionamentos e proposições já configuradas, mas que ganham pouca força de expressão, de realização.

Dessa forma, queixas, frustrações, adoecimentos, apontam aprisionamentos, endurecimentos que bloqueiam as possibilidades de se

vivenciar as diferenças. Como aprisionamentos estratégicos de poder-saber, em segmentações estado-população, unidades-empresa, unidades-família, legalidade-ilegalidade, delinquentes-cidadãos, impossibilitam que contágios ganhem potência.

Diante disso tudo, a questão que se coloca para o campo é: como fortalecer e produzir relações éticas que, em meio ao aparato estatal e jurídico, rompam com as lógicas mercadológicas que produzem a criminalidade e os aprisionamentos?

Entendendo que é preciso que tais saberes se desdobrem, questionem muito, busquem romper com predeterminações históricas, de forma a configurar contágios de desejos e ideias que combatam “cárceres de sina” (BAPTISTA, 2001, p. 209).

Exercícios éticos devem produzir contágios, possibilitando embates para a criação de “singulares formas de solidariedades” (BAPTISTA, 2001, p. 209), éticas que permitam a construção de esferas de igualdade, produção de alteridades, de relações de cooperação, ou seja, dar corpo a relações que caminhem para uma sociedade em harmonia.

BIBLIOGRAFIA:

AZEVEDO, Maurício Maia, **O código Mello Mattos e seus reflexos na legislação posterior**, Monografia. Disponível online: http://www.tjrj.jus.br/institucional/dir_gerais/dgcon/monografias.jsp, Acesso 20 de setembro de 2013.

BAPTISTA, Luís Antônio dos Santos. **A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: cidade, cotidiano e poder**. In: MACIEL, Ira Maria. (Org.). *Psicologia e educação: novos caminhos para a formação*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001. v. 1

BRASIL, Ministério da Justiça. **Dec. 17.943-A/1927 – Código de Menores ou Código Mello Mattos - 12/10/1927**

BRASIL, Ministério da Justiça. **Lei 6.697/1979 – Novo Código de Menores (revogado)**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente**

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei 8742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS** anotada. 2ª Edição, Brasília, 2010.

BRASIL. **LEI 12.594/2012** - institui o **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. – Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. (ISBN: 978-85-60700-57-8)

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

DELEUZE, Gilles – **Post-scriptum: Sobre as sociedades de controle**. In: *Conversações*, Editora 34, 1990, p. 219-226

DELEUZE, Gilles. **Foucault**, São Paulo: Brasiliense, 2005

DELEUZE, G. GUATTARI, F. **Três novelas ou “O que se passou?”** In Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia vol.3, São Paulo: Ed.34, 2012 (2ª Ed.)

DELEUZE, G. GUATTARI, F. **Introdução: Rizoma** In Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia vol.1, São Paulo: Ed.34, 2011 (2ª Ed.)

DOMINGUES, Leila. **Flor da Pele: subjetividade, clínica e cinema no contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina; Editora UFRGS, 2010.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

ENQUITA, M. F. **Do lar à fábrica, passando pela sala de aula a gênese da escola de massa**. In: _____. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FONSECA, NASCIMENTO & MARASCHIN (org.), **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel, “O que são as luzes?”. In Motta, M. (Org.). **Michel Foucault Ditos e Escritos I: Problematização do sujeito – psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2002, p. 335-351.

FOUCAULT, Michel, **Ditos e Escritos VI: Repensar política**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2010b.

FOUCAULT, M, **Escritos IV: Estratégia, Poder-saber** – Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2ed. 2010c.

FOUCAULT, M. & DELEUZE G., **Intelectuais e o Poder. 1972 In Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-saber** – Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2ed. 2010 p. 37-47.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos: VIII Segurança, Penalidade e Prisão.** (Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FREUD, Sigmund, **Os três ensaios sobre a sexualidade**, Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Volume VII (1856-1939), Rio de Janeiro, Ed. Imago.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO, **Delinquência juvenil no ES: Uma análise das ocorrências da delegacia especializada de adolescentes em conflito com a Lei.** Instituto Jones dos Santos Neves, Vitória, 2011.

LATOURE, Bruno, **“Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência”**. In J. A. Nunes e R. Roque (org.), *Objetos Impuros. Experiências em Estudos sobre a Ciência*, Porto, Afrontamento, 2009, pp. 39-61

MACHADO, Roberto, **Por uma genealogia do Poder.** In FOUCAULT, Michel, *Microfísica do Poder*, 25ed. São Paulo, Graal, 2012.

PASSETTI, Edson. **Menores: os prisioneiros do humanismo.** Lua Nova, São Paulo, <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451986000300006>. Acesso 11 de setembro, 2013.

PASSOS, Eduardo, KASTRUP, Virginia e ESCOSSIA, Liliana (Org.), **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

PELBART, Peter Pal. **Vida capital: Ensaio de biopolítica.** São Paulo: Editora Iluminuras, 2009.

PORTELA, Daniela Fagundes, **Projetos Educacionais para a infância brasileira a partir da promulgação da lei do ventre livre: (1871- 1879)**, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho, 2011.

RIZZINI, Irene. **A Criança e a Lei no Brasil – Revisitando a História (1822-2000).** Brasília, DF: UNICEF; Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000.

RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009. 2ed. rev.

ROQUE, Tatiana. **Resistir a quê? Ou melhor, resistir o quê?** Revista Lugar Comum, No17, pp. 23-32 http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120958Resistir%20a%20qu%C3%AA%20Ou%20melhor%20resistir%20o%20qu%C3%AA%20-%20Tatiana%20Roque.pdf Acesso em 17 de outubro de 2013.

ROLNIK, Suely. **Pensamento, corpo e devir – uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico.** In: Caderno de Subjetividade V. 1. n. 2 – set/fev. PUC- SP, 1993.